

UM RETRATO DA POPULAÇÃO LGBTI+

A EVOLUÇÃO DO PERFIL, PERCEPÇÕES E VIOLÊNCIA
EM BELO HORIZONTE ENTRE 2016 E 2024



MARCELO MACIEL RAMOS
PEDRO AUGUSTO GRAVATÁ NICOLI
JÚLIA BIELSKIS
ALINE LOPES

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
OBJETIVOS E METODOLOGIA.....	7
DADOS ECONÔMICOS	11
DADOS SOBRE PERCEPÇÕES POLÍTICAS	40
DADOS SOBRE VIOLÊNCIAS CONTRA PESSOAS LGBTQIA+.....	55
CONCLUSÃO	104
ANEXO - AVANÇOS E RETROCESSOS POLÍTICOS DE 2016 A 2024	108

Introdução

O relatório “Um retrato da população LGBTI+” tem como base 2857 entrevistas realizadas pelo Diverso UFMG – Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero, entre os anos de 2016 e 2024, na Parada do Orgulho LGBTI+ de Belo Horizonte”

Dessas milhares de pessoas entrevistadas, coletamos um volume expressivo de informações sobre quem essas pessoas são, o que fazem, onde estão, que experiências acumulam, como são tratadas, como vivem a violência, a discriminação e como anseiam um mundo mais justo, igualitário e seguro, em que possam ser pessoas LGBTI+ de maneira livre.

Nosso relatório está dividido em três partes. De início, enunciamos os **dados socioeconômicos** das pessoas entrevistadas, passando por aspectos relativos à identidade de gênero, orientação sexual, raça, cor, etnia, idade, renda familiar, escolaridade, trabalho e religião. Na segunda parte, descrevemos as **percepções políticas** das pessoas entrevistadas ao longo dos anos, a partir de aspectos relativos ao posicionamento político, representação, participação, demandas e a própria motivação para participar da Parada. Na terceira e última parte, reunimos os dados relacionados com as **violências sofridas e/ou testemunhadas por pessoas LGBTI+** em ambientes familiares, nas escolas e universidades, no trabalho, em espaços públicos, instituições de saúde e diante da polícia.

Os relatórios feitos ao longo dos últimos oito anos, e este incluso, derivam de um trabalho genuinamente coletivo, que une docentes, discentes, pesquisadores e militantes, a fim de contribuir para a produção de dados que visibilizem a existência das vidas LGBTI+. É um processo que engloba diferentes etapas, como a elaboração e discussão dos questionários, treinamento dos aplicadores, realização de entrevistas, tabulação, sistematização e análise dos dados. Ao longo desses anos caminhamos ao lado do CELLOS/MG – Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual de Minas Gerais, entidade organizadora e articuladora da parada, além da Prefeitura de Belo Horizonte, especialmente por sua Diretoria de Políticas Para a População LGBT, e pela Belotur – Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte. Por essa razão, os resultados desses muitos anos de pesquisa são entendidos como uma construção realmente de muitas mãos.

Os relatórios de todos esses anos, com dados detalhados sobre a população LGBTI+ a partir da Parada do Orgulho LGBTI+ de Belo Horizonte, podem ser encontrados no link: <https://diversoufmg.com/liberdada/>.

Objetivos e metodologia

O conjunto de dados aqui apresentado tem como objetivo constituir uma análise comparativa sobre o perfil e as violências sofridas e/ou presenciadas pelas pessoas presentes nas Paradas do Orgulho LGBTI+ de Belo Horizonte, entre os anos de 2016 e 2024. Atuamos com o intuito de agregar na construção de conhecimento sobre pessoas LGBTI+, frente a escassez de dados confiáveis e sistemáticos sobre essa população. Ademais, buscamos oferecer uma base sólida para a discussão de políticas públicas e direitos para a população LGBTI+.

Desejamos com esse trabalho, portanto, suprir a lacuna de dados relativos ao segmento LGBTI+. Nos esforçamos, nesse sentido, para demonstrarmos quem são as pessoas LGBTI+ que frequentam o evento e quais são as suas batalhas frente a violência que atravessa seus corpos de múltiplas formas. Partimos do pressuposto de que um dos obstáculos para combater a LGBTfobia é a ausência de dados e estatísticas que nos ajudem a compreender a realidade LGBTI+ no Brasil. Queremos, nesse sentido, que esse relatório seja um meio tanto de potencializar os anseios desses indivíduos quanto também de fornecer subsídios para pensar políticas públicas e direitos que façam sentido na vida concreta dessa população.

Compreendemos que de 2016 até 2024, isto é, ao longo desses 8 anos, muitas coisas aconteceram no âmbito nacional e internacional. Foi um período marcado por mudanças no governo, crises sanitárias, avanços e retrocessos normativos em diferentes esferas da vida humana. Pensando nisso, queremos ao longo deste relatório situar o leitor com algumas circunstâncias que, ao nosso ver, podem ter influenciado nos dados aqui trazidos. Ao final do relatório trouxemos um apanhado das alterações legislativas tanto a nível federal quanto municipal, em Belo Horizonte, durante o período de 2016 a 2024.

A base de dados analisada no presente relatório é resultado dos levantamentos realizados pelo Diverso UFMG nas Paradas do Orgulho LGBTI+ de Belo Horizonte dos anos de 2016, 2017, 2018, 2019, 2022, 2023, e 2024. A tabela abaixo retrata a relação entre as edições, data, tema, local, público total e número de pessoas entrevistadas.

TABELA 1

Edição	Data	Tema	Local	Público Total	Pessoas entrevistadas
19ª	17/07/2016	“Democracia é respeitar a identidade de gênero: não nos apaguem com política”	Praça da Estação	60.000	396
20ª	16/07/2017	“Famílias e Direito: nossa existência é singular, nossa resistência é plural”	Praça da Estação	80.000	425
21ª	08/07/2018	“Mais Democracia e mais Direitos Humanos: esse é o Brasil que queremos para as LGBT”.	Praça da Estação	150.000	432
22ª	14/07/2019	“Não aos retrocessos! Revivendo Stonewall”	Praça da Estação	250.000	397
23ª	06/11/2022	“Orgulho de ser. Resistir para vencer”	Praça da Estação	150.000	400
24ª	09/07/2023	“Democracia: Liberdade e direitos para todes”.	Praça da Estação	200.000	407
25ª	21/07/2024	“Celebrar as conquistas, reafirmar a luta”.	Av. Afonso Pena com Avenida Brasil	300.000	400

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

A coleta de informações foi feita por meio da aplicação de questionários padronizados, permitindo a captação de dados quantitativos estatisticamente analisáveis.

A amostragem dos levantamentos ocorreu por conveniência e de caráter voluntário, devido às limitações logísticas inerentes ao evento, que demanda uma aplicação que prioriza a rapidez e praticidade. Esta metodologia de amostragem é não-probabilística e implica limitações de análise, tendo em vista o risco de existência de vieses amostrais. Pretendendo minimizar vieses, foram utilizados múltiplos aplicadores que, distribuídos pelo evento, buscaram acessar o público da maneira mais diversa possível, garantindo que qualquer pessoa participante da Parada do Orgulho LGBTI+ de Belo Horizonte tivesse oportunidade de ser selecionada para participar da pesquisa.

10

Todas as edições analisadas contaram com a aplicação de questionários fechados, com perguntas sobre identidade de gênero, orientação sexual, raça, cor, etnia, origem, renda familiar, escolaridade e trabalho, filiações políticas e religiosas, expectativas políticas, e dados sobre experiência de violência sofrida e/ou presenciada devido a LGBTfobia. Ressaltamos, contudo, que em algumas edições ocorreram pequenas alterações nos questionários. Com isso em vista, ao longo desse relatório traremos em notas de rodapé a especificação dos anos utilizados para certos gráficos, bem como também a quantidade de respostas consideradas para determinadas perguntas, dado que também transcorreram modificações nas formas de coletas destas.

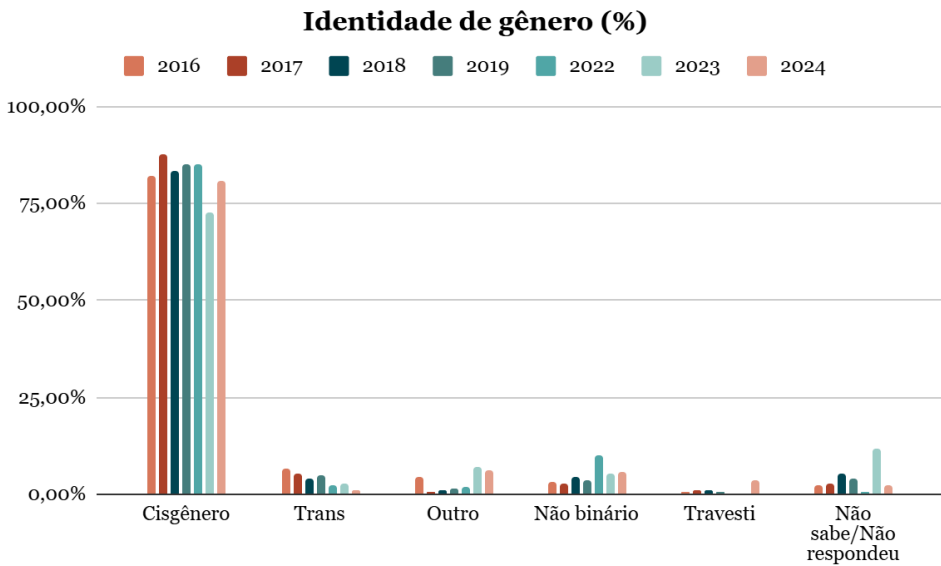
Para a análise do presente relatório, as bases de dados de cada levantamento foram revisitadas, em um processo de tratamento e validação minucioso voltado para a construção de parâmetros comparativos entre as diferentes edições de levantamentos. Isso se deu para minimizar possíveis dissonâncias nas comparações temporais, visando a construção de análises confiáveis e comparáveis.

Dados econômicos

IDENTIDADE DE GÊNERO

Ao longo das edições de 2016 a 2024 da Parada do Orgulho LGBTI+ de Belo Horizonte há o **predomínio do comparecimento daqueles que se identificam como cisgênero**. Em 2017 o número atingiu seu ápice, representando 82,32% das pessoas entrevistadas, enquanto em 2023 foi a menor porcentagem, com 72,73%.

GRÁFICO 1



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

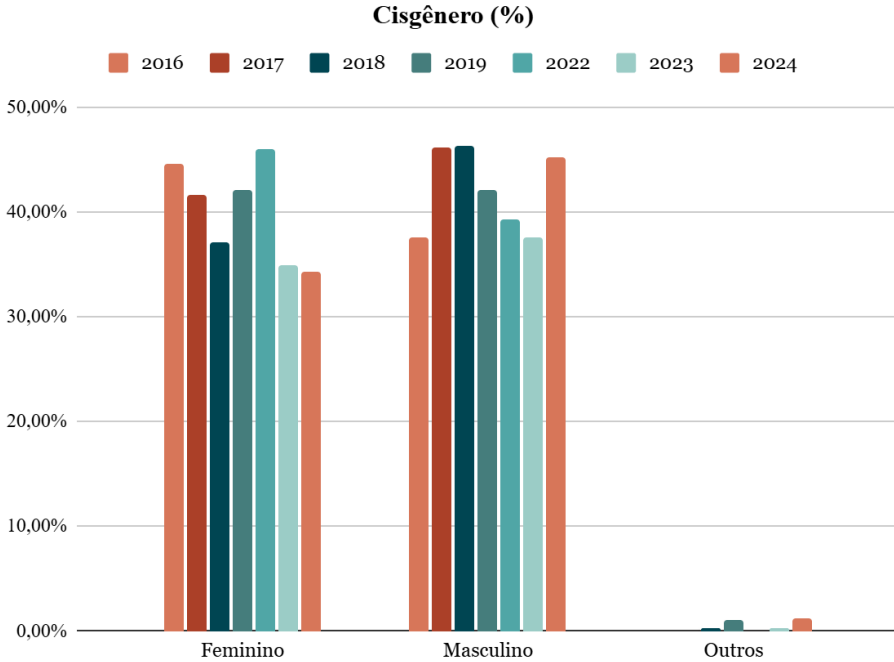
TABELA 2

	2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Cisgênero	82,32%	87,76%	83,56%	85,14%	85,25%	72,73%	80,75%
Trans	6,82%	5,18%	3,94%	4,79%	2,25%	2,70%	1,00%
Outro	4,29%	0,71%	1,16%	1,51%	1,75%	7,13%	6,25%
Não binário	3,28%	2,82%	4,63%	3,78%	10,00%	5,41%	5,75%
Travesti	0,76%	0,94%	1,16%	0,76%	0,25%	0,25%	3,75%
Não sabe/ respondeu	2,53%	2,59%	5,55%	4,03%	0,50%	11,79%	2,50%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

Dentre as participantes cisgênero, constata-se que ao longo dos anos a proporção entre homens e mulheres variou sem grandes discrepâncias. O ano com a maior presença de homens cisgêneros foi 2018 (46,30%), já em 2016 houve a menor participação de homens (37,53%). No que concerne às mulheres cisgênero, o ano com predomínio foi 2022 (46%) e o ano com a menor participação feminina cisgênero foi 2024 (34,25%).

GRÁFICO 2



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+- 2024

TABELA 3

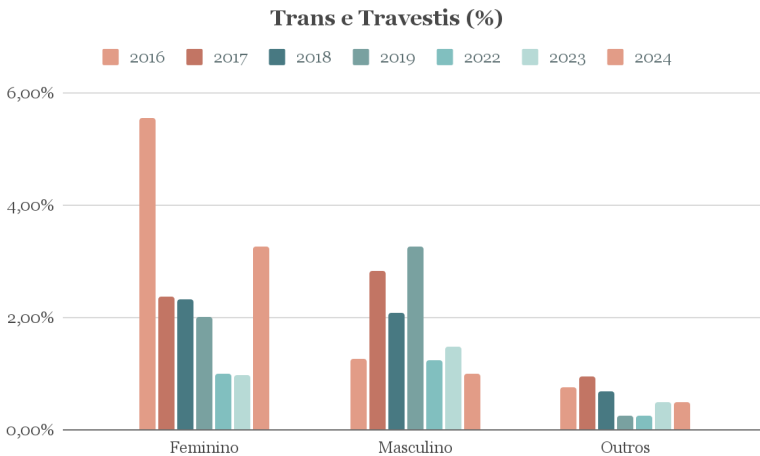
	2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Feminino	44,58%	41,65%	37,04%	42,07%	46,00%	34,89%	34,25%
Masculino	37,53%	46,12%	46,30%	42,07%	39,25%	37,59%	45,25%
Outros	0,00%	0,00%	0,23%	1,01%	0,00%	0,25%	1,25%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

Em 2016, 5,54% das entrevistadas trans e travestis se identificavam como do gênero feminino, ano com o maior percentual dessa categoria. Por outro lado, em 2023 esse valor reduziu substancialmente, atingindo 0,98%. Em relação àqueles que se identificaram como do gênero masculino, os percentuais nesses anos foram de 1,26% e 1,47%, respectivamente.

Referente aos homens trans, 2019 foi o ano de maior participação da categoria (3,27%). Neste ano, a porcentagem de mulheres foi de 2,01%. Em contrapartida, o ano de 2024 foi marcado pela menor participação do grupo masculino (1%). No que consta a participação feminina nesse período, a taxa foi de 3,25%.

GRÁFICO 3



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

TABELA 4

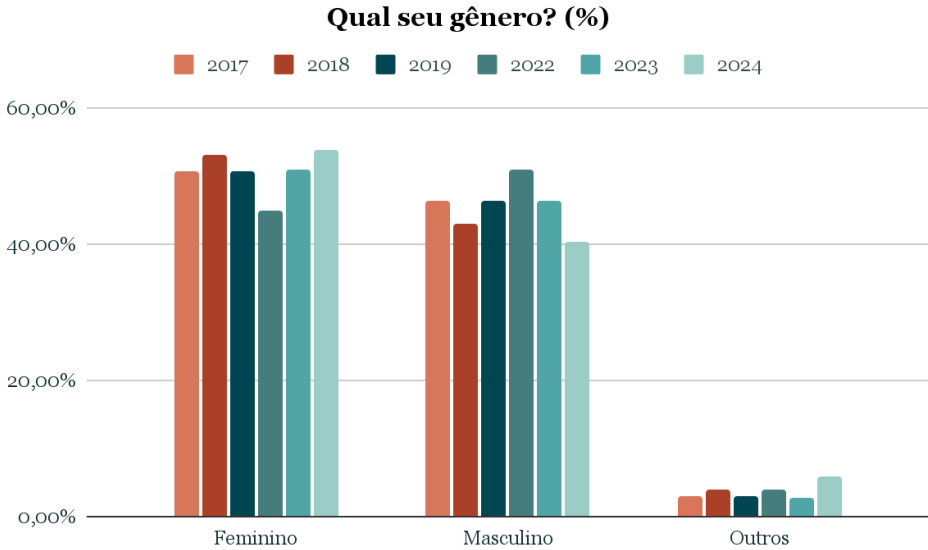
	2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Feminino	5,54%	2,36%	2,32%	2,01%	1,00%	0,98%	3,25%
Masculino	1,26%	2,82%	2,08%	3,27%	1,25%	1,47%	1,00%
Outros	0,76%	0,95%	0,69%	0,25%	0,25%	0,50%	0,50%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

Atentando para as respostas da pergunta “Qual seu gênero?”, notamos um **leve predomínio do gênero masculino sobre o feminino nas edições da parada**, atingindo o ápice em 2024, com 53,75% se identificando como homens e 40,25% como mulheres. A exceção foi o ano de 2022, no qual o gênero feminino predominou, com 51% das entrevistadas.

1 Para esse gráfico utilizamos os anos de 2017 a 2024.

GRÁFICO 4



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

TABELA 5

	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Masculino	50,59%	53,01%	50,63%	45,00%	50,86%	53,75%
Feminino	46,35%	43,06%	46,35%	51,00%	46,44%	40,25%
Outros	3,06%	3,94%	3,02%	4,00%	2,70%	6,00%

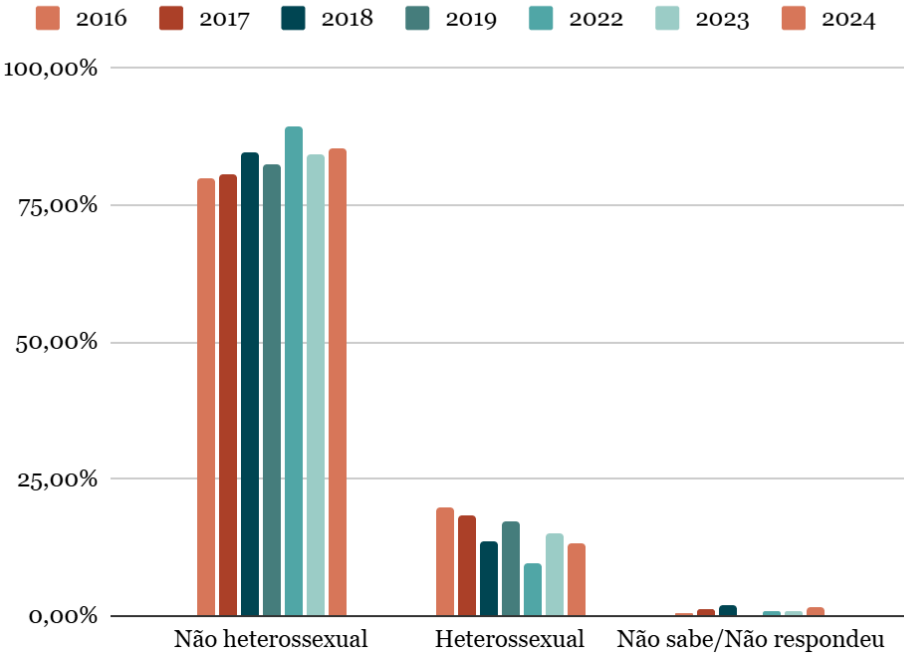
Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

ORIENTAÇÃO SEXUAL

Em todos os anos de pesquisa o público da Parada LGBTI+ foi majoritariamente não heterossexual. O maior público desta categoria foi aferido no ano de 2022, com 89,25%, enquanto o público heterossexual desse mesmo ano foi de 9,75%. No ano de 2016, por outro lado, houve a menor frequência do público LGBTI+ no evento, contando com 79,80% das entrevistadas, em oposição a 19,70% dos participantes desse ano que se identificaram como heterossexuais.

GRÁFICO 5

Orientação Sexual (%)



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+- 2024

TABELA 6

	2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Não heterossexual	79,80%	80,45%	84,49%	82,37%	89,25%	84,28%	85,25%
Heterossexual	19,70%	18,30%	13,66%	17,38%	9,75%	14,99%	13,25%
Não sabe/Não respondeu	0,50%	1,25%	1,85%	0,25%	1,00%	0,74%	1,50%

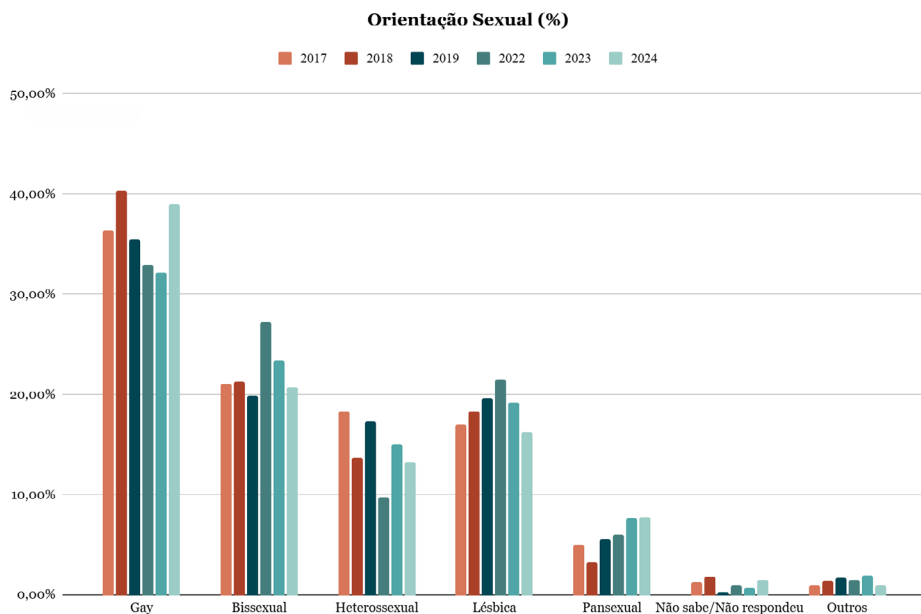
Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

A quantidade de entrevistados que se identificam como gay se sobressai em todos os anos², atingindo o ápice em 2018 (40,28%) e

2 Para esse gráfico utilizamos os anos de 2017 a 2024.

a menor taxa em 2023 (32,19%). Em contrapartida, aqueles que se declaram como pansexuais se mantiveram com os menores índices de declarantes ao longo dos anos. A preponderância da participação dessa categoria foi em 2024 (7,75%) e a menor em 2018 (3,24%). Com relação às pessoas entrevistadas bissexuais, o maior percentual foi em 2022 (27,25%) e o menor em 2019 (19,90%). No que concerne àquelas que se proclamam como lésbicas, a maior taxa foi em 2022 (21,50%) e a menor em 2024 (16,25%).

GRÁFICO 6



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

TABELA 7

	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Gay	36,34%	40,28%	35,52%	33,00%	32,19%	39,00%
Bissexual	21,05%	21,30%	19,90%	27,25%	23,34%	20,75%
Heterossexual	18,30%	13,66%	17,38%	9,75%	14,99%	13,25%
Lésbica	17,04%	18,29%	19,65%	21,50%	19,16%	16,25%
Pansexual	5,01%	3,24%	5,54%	6,00%	7,62%	7,75%
Não sabe/ Não respondeu	1,25%	1,85%	0,25%	1,00%	0,74%	1,50%
Outros	1,00%	1,39%	1,76%	1,50%	1,97%	1,00%

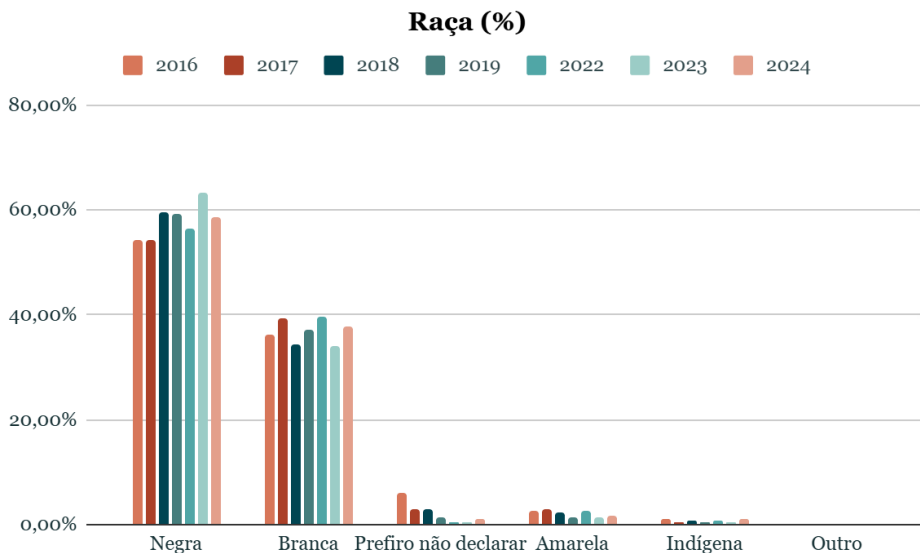
Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

RAÇA, COR E ETNIA

Em todas as edições o índice de participantes³ que se autodeclararam da raça negra fica acima da metade. O ano com mais ocorrências foi em 2023 (63,39%), enquanto o com menor foi em 2016 (54,29%). As pessoas entrevistadas que se autodeclararam brancos ficam em segundo lugar ao longo dos anos. Em 2022 a porcentagem para essa categoria foi de 39,75% e em 2024 de 34,15%. Quanto aqueles que se autodeclararam da raça amarela, o maior percentual foi aferido em 2017 (2,87%) e o menor em 2023 (1,47%). Por fim, aqueles autodeclarados como indígenas são os que possuem a menor participação ao longo dos anos. O ano com maior presença foi 2016 (1,01%) e o ano de 2017 contou com a menor participação (0,47%).

3 Para esse gráfico utilizamos 431 respostas do ano de 2018.

GRÁFICO 7



Fonte: Relatório de Violências Contra Pessoas LGBTI+ do Diverso UFMG - 2024

TABELA 8

	2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Negra	54,29%	54,35%	59,63%	59,19%	56,50%	63,39%	58,50%
Branca	36,11%	39,29%	34,34%	37,03%	39,75%	34,15%	37,75%
Prefiro não declarar	6,06%	3,06%	3,02%	1,51%	0,50%	0,49%	1,00%
Amarela	2,53%	2,82%	2,32%	1,51%	2,50%	1,47%	1,75%
Indígena	1,01%	0,47%	0,70%	0,50%	0,75%	0,49%	1,00%
Outro	0,00%	0,00%	0,00%	0,25%	0,00%	0,00%	0,00%

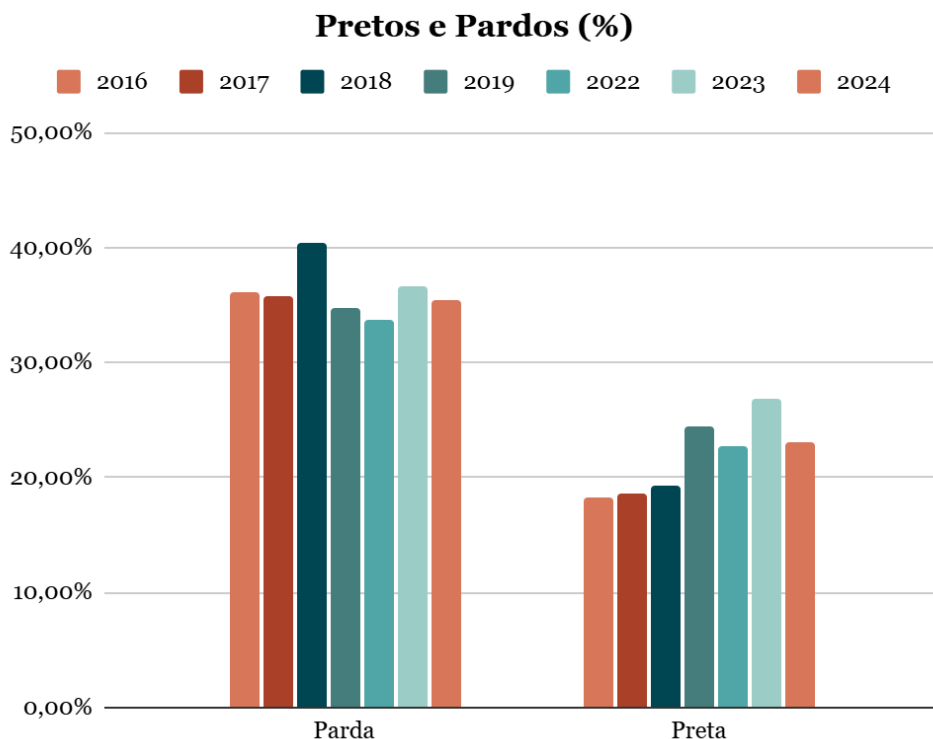
Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

Dentre as pessoas que se identificam como da raça negra, **em todas as edições houve o predomínio daquelas que se declararam como pardas**. O ano de 2018 foi marcado pela maior taxa de pessoas pardas (40,37%), em compensação, 2022 foi a edição com a menor porcentagem desse segmento (33,75%). Em 2023 tivemos o maior

número de entrevistadas pretas (26,78%) e em 2016 o menor número (18,18%).

É interessante detectarmos que a partir de 2024 amplia-se um reconhecimento legislativo quanto à população negra LGBTI+. Essa preocupação pode ser vislumbrada por meio do Decreto Federal n.º 11.956 de 2024, o qual institui o Plano Juventude Negra Viva. Dentre as diretrizes do plano há a garantia do bem viver da juventude negra, com ênfase na população LGBTI+. Além disso, em nível municipal, o Decreto n.º 18.712 de 2024 também é um exemplo de política que visa dar reconhecimento à população LGBTI+ negra, por meio da estipulação de orçamento para a 1ª Parada Negra LGBTI+ de Belo Horizonte, evento realizado no dia 2 de maio de 2024 com o tema “Do Erê ao Ancestral, pela vida das Juventudes Negras”.

GRÁFICO 8



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

TABELA 9

	2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Parda	36,11%	35,76%	40,37%	34,76%	33,75%	36,61%	35,50%
Preta	18,18%	18,59%	19,26%	24,43%	22,75%	26,78%	23,00%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

FAIXA ETÁRIA

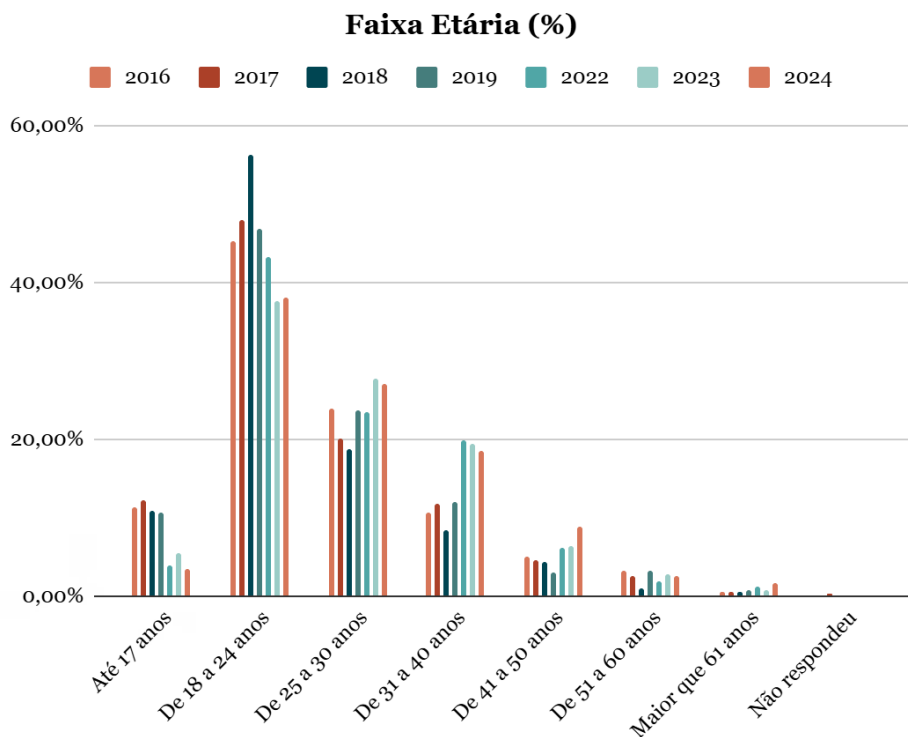
Ao longo de todos os anos de pesquisa a faixa etária entre 18 e 24 anos se sobrepôs às demais⁴, demonstrando que o público é majoritariamente jovem. No ano de 2018 foi averiguado o maior número de participantes nessa idade (56,15%). Já em 2023 essa porcentagem foi a mais baixa (37,59%).

4 Para esse gráfico utilizamos: 421 respostas do ano de 2017; 431 respostas do ano de 2018; e 394 respostas do ano de 2019.

A segunda maior faixa etária foi entre 25 a 30 anos. Esse grupo foi registrado principalmente no ano de 2023 (27,76%), enquanto em 2018 ocorreu a menor participação (18,79%).

A presença de menores de 17 anos foi mais expressiva em 2017 (12,11%) e menos expressiva em 2024 (3,50%). A participação de pessoas entre 31 e 40 anos atingiu seu ponto máximo em 2022 (19,75%) e o mínimo em 2018 (8,35%). O ano de 2024 concentrou a maior porcentagem de pessoas na faixa etária de 41 a 50 anos (8,75%), enquanto 2019 apresentou a menor (3,05%). Já a faixa etária de 51 a 61 teve como ápice o ano de 2016 (3,28%), e o menor valor em 2018 (0,93%). Por fim, para os maiores de 61 anos, o ano de 2024 registrou a maior taxa (1,75%) e 2018 a menor (0,46%).

GRÁFICO 9



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

TABELA 10

	2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Até 17 anos	11,36%	12,11%	10,90%	10,66%	4,00%	5,41%	3,50%
De 18 a 24 anos	45,20%	47,98%	56,15%	46,70%	43,25%	37,59%	38,00%
De 25 a 30 anos	23,99%	20,19%	18,79%	23,60%	23,50%	27,76%	27,00%
De 31 a 40 anos	10,61%	11,88%	8,35%	11,93%	19,75%	19,41%	18,50%
De 41 a 50 anos	5,05%	4,51%	4,41%	3,05%	6,25%	6,39%	8,75%
De 51 a 60 anos	3,28%	2,61%	0,93%	3,30%	2,00%	2,70%	2,50%
Maior que 61 anos	0,51%	0,48%	0,46%	0,76%	1,25%	0,74%	1,75%
Não respondeu	0,00%	0,24%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

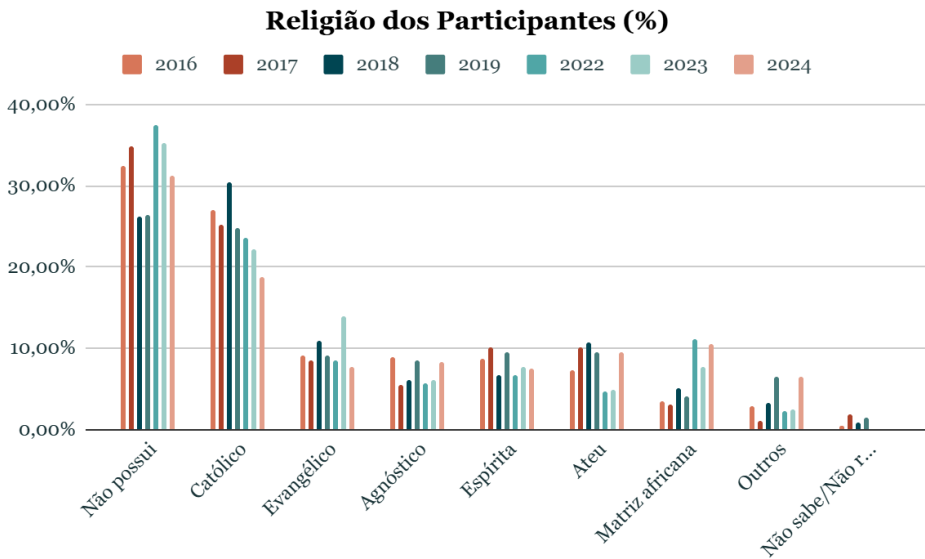
FILIAÇÃO RELIGIOSA

Dentre os anos de 2016 a 2024, prevaleceram os participantes que não possuíam religião. Em 2018, ano com menor porcentagem de pessoas com essa resposta, a taxa foi de 26,16%, em contrapartida, no ano de 2022 esse valor foi de 37,50%.

Além disso, observamos que houve uma diminuição no número de católicos. Em 2016 estes eram 27,02% das entrevistadas e em 2024 foi 18,75%. Para mais, é possível notar o aumento daqueles pertencentes a religiões de matriz africanas. Em 2017 esse valor atingiu 0,94%, enquanto em 2024 correspondeu a 6,50% das pessoas participantes.

GRÁFICO 10

24



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

TABELA 11

	2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Não possui	32,32%	34,82%	26,16%	26,45%	37,50%	35,14%	31,25%
Católico	27,02%	25,18%	30,32%	24,69%	23,50%	22,11%	18,75%
Evangélico	9,09%	8,47%	10,88%	9,07%	8,50%	14,00%	7,75%
Agnóstico	8,84%	5,41%	6,02%	8,56%	5,75%	6,14%	8,25%
Espírita	8,59%	10,12%	6,71%	9,57%	6,75%	7,62%	7,50%
Ateu	7,32%	10,12%	10,65%	9,57%	4,75%	4,91%	9,50%
Matriz africana	3,54%	3,06%	5,09%	4,03%	11,00%	7,62%	10,50%
Outros	2,78%	0,94%	3,24%	6,55%	2,25%	2,46%	6,50%
Não sabe/ Não respon- deu	0,51%	1,88%	0,93%	1,51%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

ESCOLARIDADE

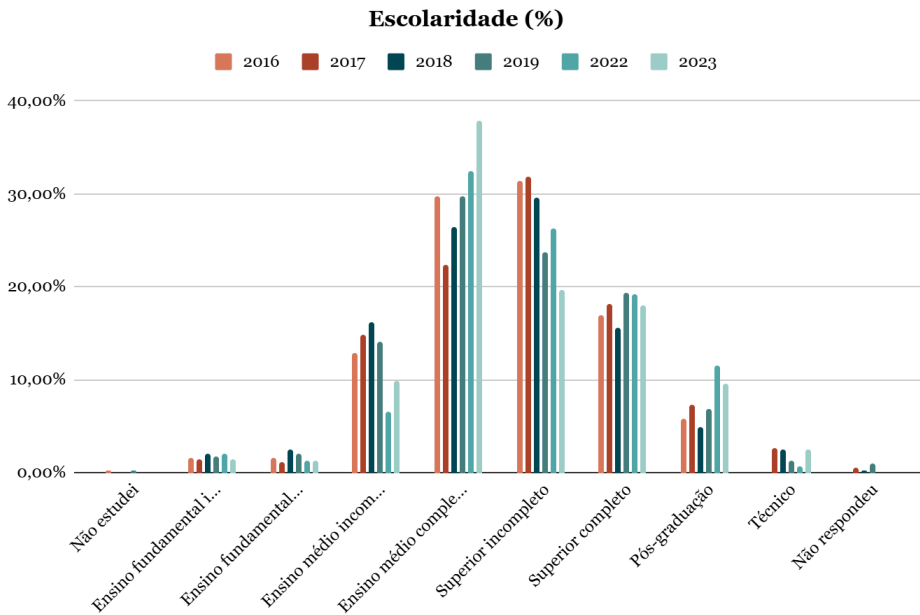
O público que compõe as edições da parada LGBTI+ de Belo Horizonte tem, geralmente, o ensino médio completo ou o superior incompleto⁵. Em 2023, 37,84% das pessoas entrevistadas possuíam até o ensino médio completo, sendo esse o ano com o índice mais alto dessa categoria. Em contraposição, o ano de 2017 foi o com a menor taxa de entrevistadas com esse mesmo nível de escolaridade, correspondendo a 22,35%. 2017 foi o ano com maior índice de participantes com ensino superior incompleto (31,76%), enquanto o ano de 2023 foi o com o menor índice (19,66%). Observa-se, com base nos dados, que houve uma queda nas respostas relativas ao ensino superior incompleto e aumento daquelas com ensino médio completo.

5 Para esse gráfico utilizamos os anos de 2016 a 2023.

Em referência àqueles que responderam que não estudaram, só foi verificada essa resposta no ano de 2016 e de 2019, ambos os anos contando com 0,25% das pessoas entrevistadas nessa categoria.

Quanto ao ensino fundamental incompleto, o ano com maior número de casos foi de 2018 (2,08%) e com menor em 2017 (1,41%). 2018 também foi o ano com a maior taxa daqueles que responderam que possuíam até o ensino médio incompleto (16,20%), enquanto 2022 foi o menor ano (6,50%). 2019 foi o ano com o registro mais alto daqueles que possuíam até o ensino superior completo (19,40%) e 2018 a menor taxa, (15,52%). Igualmente, o menor índice de pós-graduados também foi no ano de 2018 (4,86%), e o maior índice em 2022 (11,50%). Por fim, em 2017, 2,59% das pessoas entrevistadas haviam feito ensino técnico, enquanto em 2022 esse valor era de 0,75%.

GRÁFICO 11



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

TABELA 12

	2016	2017	2018	2019	2022	2023
Não estudei	0,25%	0,00%	0,00%	0,25%	0,00%	0,00%
Ensino fundamental incompleto	1,52%	1,41%	2,08%	1,76%	2,00%	1,47%
Ensino fundamental completo	1,52%	1,18%	2,55%	2,02%	1,25%	1,23%
Ensino médio incompleto	12,88%	14,82%	16,20%	14,11%	6,50%	9,83%
Ensino médio completo	29,80%	22,35%	26,39%	29,72%	32,50%	37,84%
Superior incompleto	31,31%	31,76%	29,63%	23,68%	26,25%	19,66%
Superior completo	16,92%	18,12%	15,51%	19,40%	19,25%	17,94%
Pós-graduação	5,81%	7,29%	4,86%	6,80%	11,50%	9,58%
Técnico	0,00%	2,59%	2,55%	1,26%	0,75%	2,46%
Não respondeu	0,00%	0,47%	0,23%	1,01%	0,00%	0,00%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

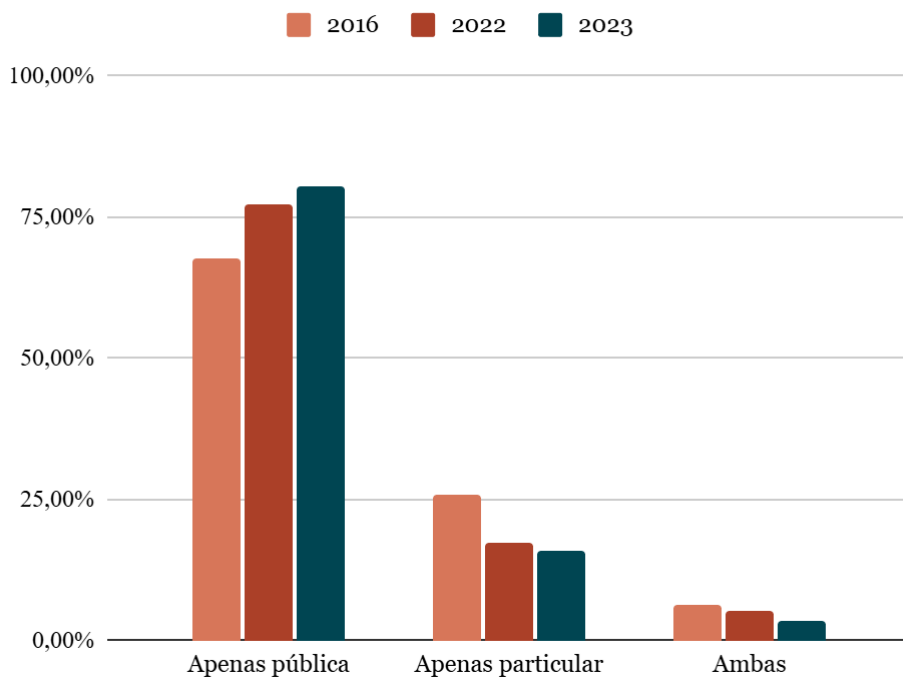
Quanto ao local onde foi cursado o ensino fundamental, vemos que ao longo dos anos houve o crescimento na porcentagem daqueles que estudaram apenas em escolas públicas⁶.

Em 2023, 80,59% das pessoas entrevistadas responderam que cursaram o ensino fundamental apenas em escolas públicas, enquanto em 2016 esse valor era de 67,68%. Em contrapartida, em 2023, 15,97% responderam só ter cursado em escolas particulares, em 2016 esse valor foi de 26,01%. Algo semelhante ocorreu com o número daqueles que afirmaram estudar em ambas as escolas. Em 2016 essa quantia era de 6,31% e em 2023 caiu para 3,44%.

6 Para esse gráfico utilizamos os anos de 2016, 2022 e 2023.

GRÁFICO 12

Ensino Fundamental (%)



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

TABELA 13

	2016	2017	2018	2019	2022	2023
Apenas pública	67,68%	59,29%	66,82%	72,04%	77,25%	80,59%
Apenas particular	26,01%	25,41%	20,38%	17,63%	17,50%	15,97%
Ambas	6,31%	14,12%	12,56%	8,82%	5,25%	3,44%
Não respondeu	0,00%	1,18%	0,24%	1,26%	0,00%	0,00%
Não cursou	0,00%	0,00%	0,00%	0,25%	0,00%	0,00%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

Quadro parecido pode ser visto com o ensino médio⁷, o qual ocorreu o aumento da frequência em escolas públicas e a diminuição em particulares.

Em 2016, 66,16% das respondentes estudaram em escolas públicas, 28,28% em particulares e 3,03% em ambas. Já em 2023, 81,82% das pessoas entrevistadas estudaram apenas em escolas públicas, 14,65% apenas em escolas particulares e 3,54% em ambas.

Como vimos, ocorreu o aumento da participação de alunas nas escolas públicas, com uma diferença de 13% a mais frequentando o ensino fundamental em escolas públicas, e 15,66% com relação ao ensino médio. Nestes termos, podemos identificar que a pesquisa da Parada está em consonância com as demais pesquisas que investigam o aumento de estudantes em escolas públicas e cujo diagnóstico perpassa pelos impactos que a COVID-19 teve na educação privada. A nível nacional, foi observado que de 2020 a 2022 as escolas particulares perderam cerca de 1 milhão de estudantes, aproximadamente 10% do total de matriculados⁸.

Essa passagem do ensino em escolas particulares para públicas é influenciado pelo desafio do pagamento das mensalidades durante a pandemia. Isso porque, conforme pesquisa da *EducaInsights*⁹, para 35% das pessoas entrevistadas, havia ocorrido um impacto no trabalho em decorrência da pandemia; assim, para 28% não seria possível continuar pagando a mensalidade.

Para mais, na discussão correlacionada ao ensino durante a pandemia, não se pode deixar de apontar a discrepância relativa à educação daqueles que estudavam em escola pública em comparação com as particulares. Nota-se que 70,9% das escolas particulares ficaram fechadas no ano de 2020, contra 98,4% das escolas federal que tiveram que fechar¹⁰. Demonstrando, portanto, a desigualdade no ensino e aprendizagem no período pandêmico.

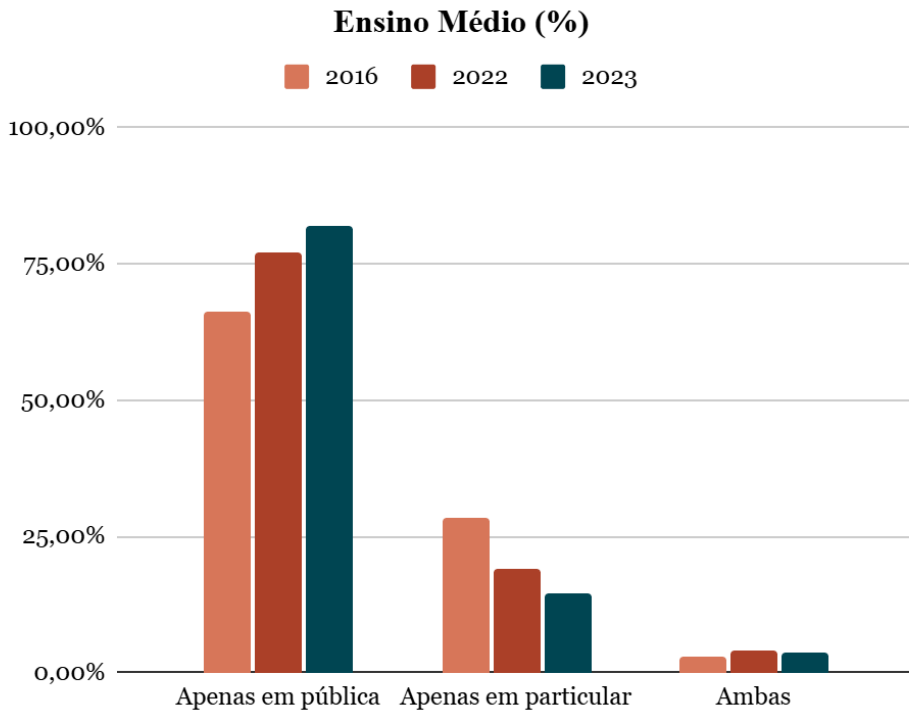
⁷ Para esse gráfico utilizamos: 387 respostas de 2022; 396 respostas de 2023.

⁸ GIANNINI, Alessandro. Cresce o número de alunos que trocam a rede privada pela pública. *Veja*. 7 ago. 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/cresce-o-numero-de-alunos-que-trocam-a-rede-privada-pela-publica>

⁹ Impacto da covid-19 no ensino básico privado no Brasil. *EducaInsights*. Jun. 2020.

¹⁰ Pandemia acentua déficit educacional e exige ações do poder público. **Senado**. 16 jul. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/pandemia-acentua-deficit-educacional-e-exige-acoes-do-poder-publico>.

GRÁFICO 13



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

TABELA 14

	2016	2022	2023
Apenas em pública	66,16%	77,00%	81,82%
Apenas em particular	28,28%	19,12%	14,65%
Ambas	3,03%	3,88%	3,54%
Não cursou	2,53%	0,00%	0,00%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

Quando passamos a análise para o ensino superior o quadro se inverte: há o aumento daqueles que estudaram apenas em particulares e a diminuição dos que estudaram somente em pública.¹¹

11 Para esse gráfico utilizamos: 346 respostas de 2018; 336 respostas de 2019.

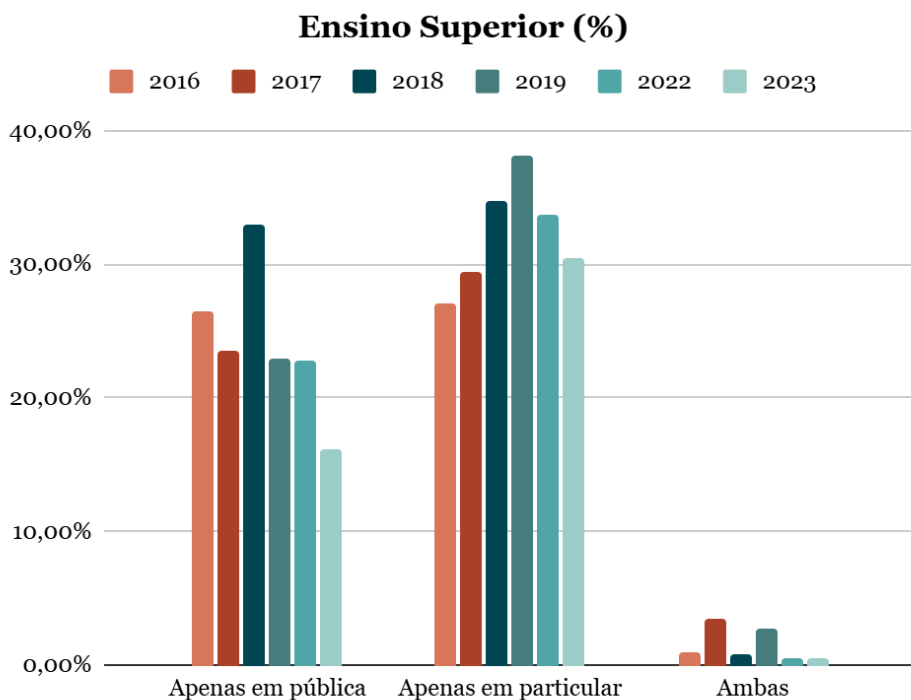
O ano de 2018 contou com a maior quantidade de respostas que indicavam o estudo somente em públicas (32,95%), enquanto em 2023 foi a menor taxa (16,22%). Em relação às faculdades particulares, em 2016 tivemos o menor número de respostas (27,02%), enquanto 2019 o maior número de respostas (38,10%). Verifica-se que, em 2023, o número de entrevistadas que cursaram somente em particular era de 30,47%.

No que concerne às respostas que indicaram ter sido cursado tanto em faculdades públicas quanto particulares, no ano de 2023 o percentual foi de 0,49%, e em 2017 de 3,53%.

Os dados aqui coletados sobre o ensino superior mostram uma tendência também averiguada em outras pesquisas. Conforme a FAPESP¹², desde 2019 vem ocorrendo uma diminuição no número de estudantes que conseguem concluir a graduação nas universidades públicas, esse cenário se agravou durante a pandemia. Em 2019 o número de estudantes concluintes caiu 3% quando comparado ao ano anterior, e em 2020 caiu 18,7% em relação a 2019. O fenômeno pode ser explicado, dentre outros fatores, pela necessidade de o estudante se retirar da faculdade para adentrar o mercado de trabalho, principalmente em um contexto de crise econômica (algo semelhante ao encontrado na seção sobre empregabilidade, que mostrou a diminuição do número de pessoas que se dedicam exclusivamente aos estudos).

12 ANDRADE, Rodrigo de Oliveira. *Cai de patamar o número de estudantes que conseguem concluir a graduação nas universidades públicas no Brasil. Pesquisa FAPESP. fev. 2023. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/cai-de-patamar-o-numero-de-estudantes-que-conseguem-concluir-a-graduacao-nas-universidades-publicas-no-brasil/#::-:text=Desde%202019%2C%20caiu%20de%20patamar,na%20conclus%C3%A3o%20do%20ano%20letivo>*

GRÁFICO 14



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

TABELA 15

	2016	2017	2018	2019	2022	2023
Apenas em pública	26,52%	23,53%	32,95%	22,92%	22,75%	16,22%
Apenas em particular	27,02%	29,41%	34,68%	38,10%	33,75%	30,47%
Ambas	1,01%	3,53%	0,87%	2,68%	0,50%	0,49%
Não cursou	44,70%	42,35%	23,12%	14,29%	43,00%	52,83%
Não respondeu	0,76%	1,18%	8,38%	22,02%	0,00%	0,00%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ - 2024

EMPREGABILIDADE

A longo dos anos de 2017 a 2024¹³ o índice de pessoas entrevistadas que responderam que trabalham¹⁴ aumentou exponencialmente, saindo de 54,82% em 2017 - ano com a menor taxa - para 84,25% em 2024 - ano com a maior porcentagem.

O número daqueles que se dedicavam exclusivamente aos estudos, por outro lado, diminuiu. Em 2017, o valor era de 33,88% do total de pessoas entrevistadas e em 2024 foi para 5,50%. Com relação à taxa de desemprego, estes tiveram como maior registro o ano de 2018 (12,27%) e o menor em 2022 (5,25%). Por fim, em 2018 havia somente 0,23% de pessoas entrevistadas aposentadas, já em 2023 esse número subiu para 1,23%.

13 Para esse gráfico utilizamos os anos de 2017 a 2024.

14 Os bolsistas, trabalhadoras do lar, estagiários, integrantes do exército, foram inseridos na contagem daqueles que trabalham.

GRÁFICO 15

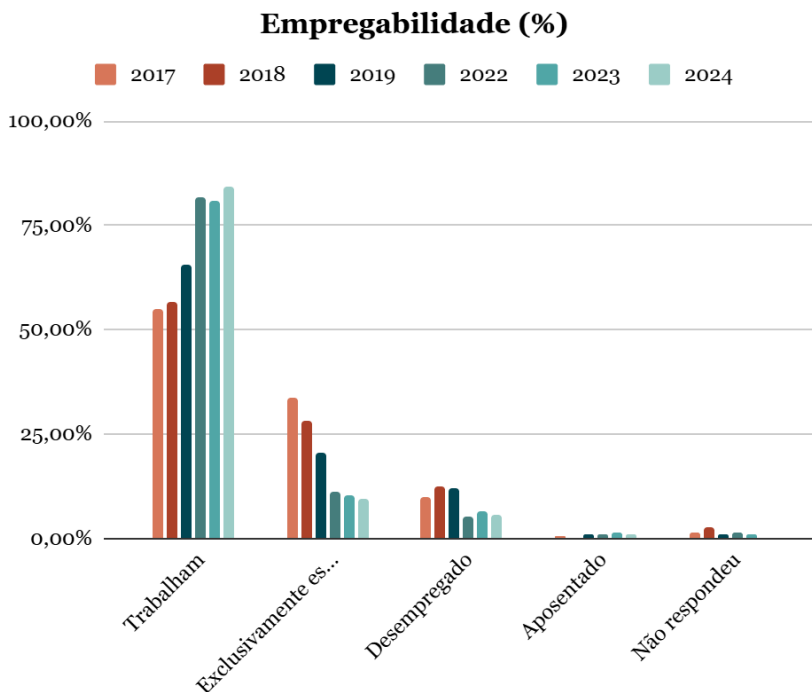


TABELA 16

	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Trabalham	54,82%	56,71%	65,74%	81,75%	81,08%	84,25%
Exclusivamente estudante	33,88%	28,24%	20,65%	11,00%	10,07%	9,25%
Desempregado	9,65%	12,27%	11,84%	5,25%	6,63%	5,50%
Aposentado	0,47%	0,23%	0,76%	0,75%	1,23%	1,00%
Não respondeu	1,18%	2,55%	1,01%	1,25%	0,98%	0,00%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

34

O gráfico abaixo demonstra a relação das ocupações e participantes ao longo dos anos de 2017 a 2024. Chamamos atenção para o **aumento no número de assalariados com carteira assinada**, que passaram de 24,94% em 2017 para 50,23% em 2023, permanecendo com 45,25% em 2024.

Outro aumento que se evidencia é daqueles que responderam trabalhar por conta própria regular. Em 2017 esse valor era de 5,41% e em 2024 é de 11,50%.

GRÁFICO 16

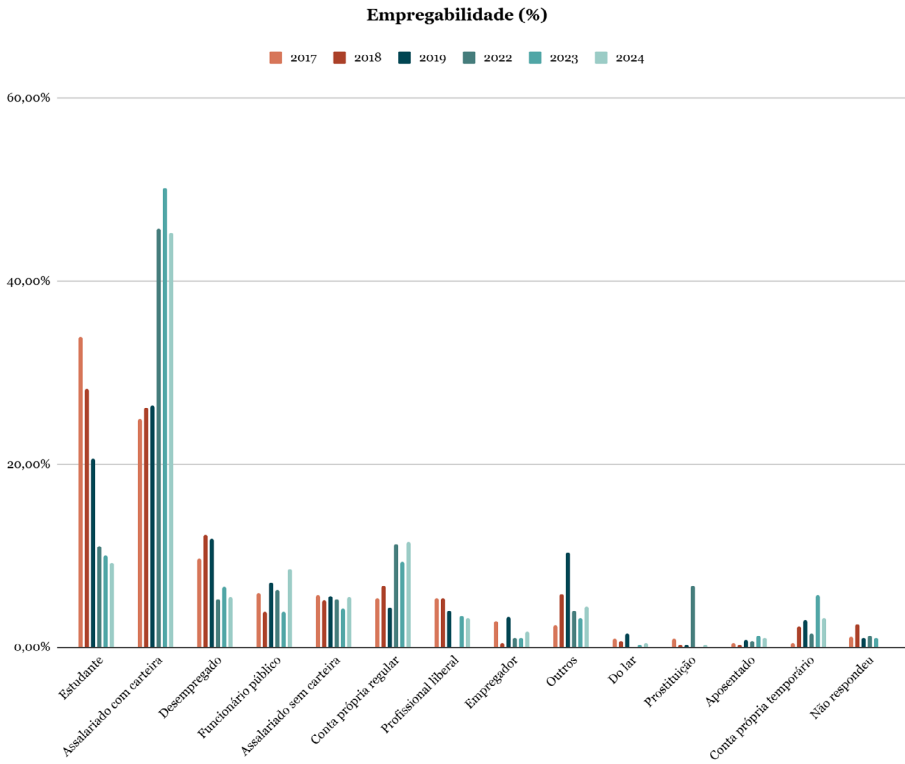


Gráfico 16 – Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 17

	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Estudante	33,88%	28,24%	20,65%	11,00%	10,07%	9,25%
Assalariado com carteira	24,94%	26,16%	26,45%	45,75%	50,12%	45,25%
Desempregado	9,65%	12,27%	11,84%	5,25%	6,63%	5,50%
Funcionário público	5,88%	3,94%	7,05%	6,25%	3,93%	8,50%
Assalariado sem carteira	5,65%	5,09%	5,54%	5,25%	4,18%	5,50%
Conta própria regular	5,41%	6,71%	4,28%	11,25%	9,34%	11,50%
Profissional liberal	5,41%	5,32%	4,03%	0,00%	3,44%	3,25%
Empregador	2,82%	0,46%	3,27%	1,00%	0,98%	1,75%
Outros	2,39%	5,78%	10,33%	4,00%	3,19%	4,50%
Do lar	0,94%	0,69%	1,51%	0,00%	0,25%	0,50%
Prostituição	0,94%	0,23%	0,25%	6,75%	0,00%	0,25%
Aposentado	0,47%	0,23%	0,76%	0,75%	1,23%	1,00%
Conta própria temporário	0,47%	2,31%	3,02%	1,50%	5,65%	3,25%
Não respondeu	1,18%	2,55%	1,01%	1,25%	0,98%	0,00%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

RENDA

Ao longo das edições de 2017 a 2024¹⁵ da Parada do Orgulho LGBTI de Belo Horizonte, a renda familiar das pessoas participantes ficou principalmente entre 1 e 3 salários-mínimos¹⁶.

Em 2018, essa porcentagem era de 45,60% e em 2022 de 32,00%.

Vem ocorrendo um aumento relativo no grupo com renda familiar de até 1 salário-mínimo. Em 2018 esse valor era de 5,32% e em 2024 é de

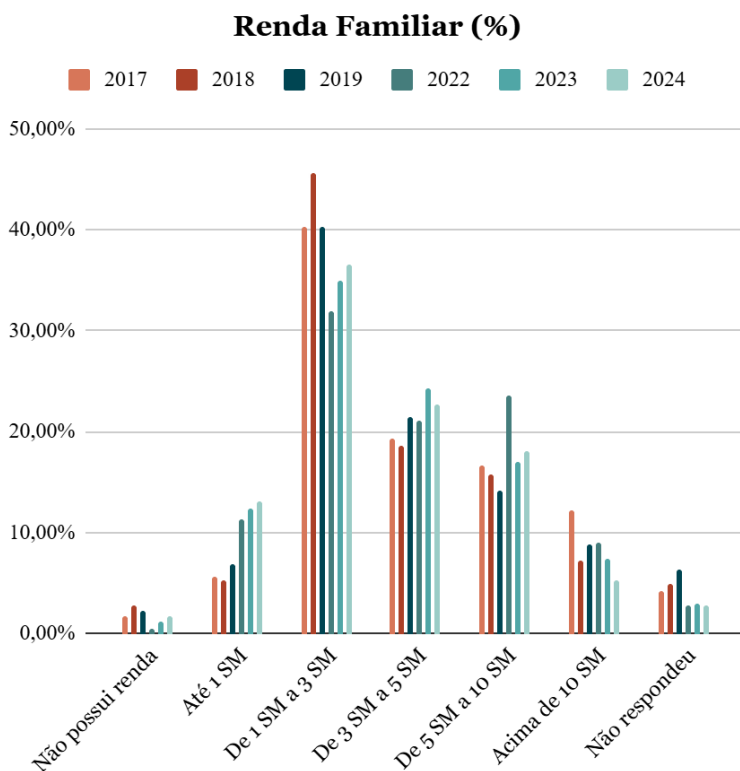
¹⁵ Para esse gráfico utilizamos os anos de 2017 a 2024.

¹⁶ Em 2017 o salário-mínimo estava em R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais); em 2018 R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais); em 2019 R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais); em 2022 R\$ 1.212,00 (mil duzentos e doze reais); em 2023 R\$ 1.320,00 (mil trezentos e vinte reais); e, em 2024 R\$ 1.412,00 (mil quatrocentos e doze reais).

13,00%. Em contrapartida, a porcentagem de pessoas com renda familiar acima de 10 salários-mínimos vem sendo reduzida; em 2017, a quantidade era de 12,24% e em 2024 foi de 5,25%. Nota-se, também, um tímido aumento entre os que recebem entre 3 e 5 salários-mínimos; em 2018, esse valor era de 18,52% e em 2023 foi de 24,32%.

Há certa estabilidade entre aqueles que não possuem renda, em 2017 o valor era de 1,65% e em 2024 de 1,75%. Por fim, também é constatada certa estabilidade naqueles que estão entre 5 a 10 salários-mínimos, em 2017 o valor era de 16,71% e em 2024 de 18%.

GRÁFICO 17



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

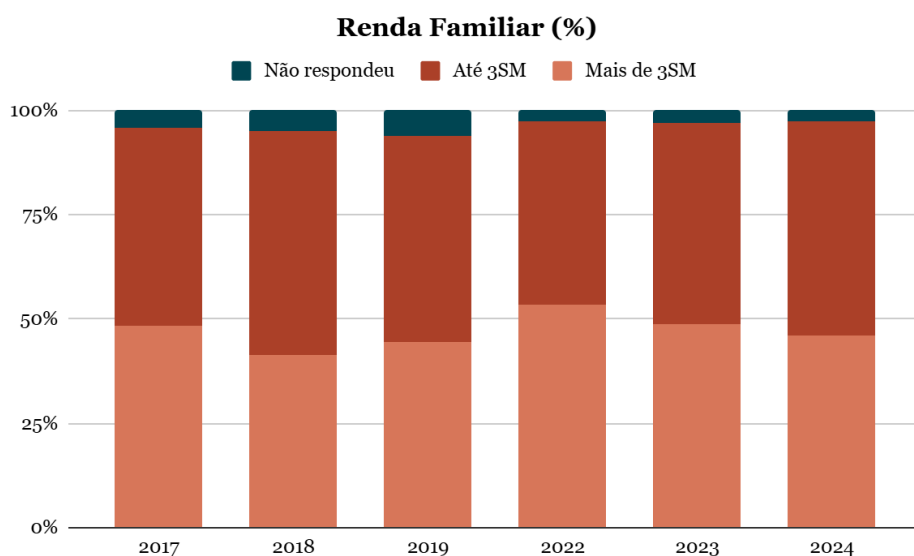
TABELA 18

	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Não possui renda	1,65%	2,78%	2,27%	0,50%	1,23%	1,75%
Até 1 SM	5,65%	5,32%	6,80%	11,25%	12,29%	13,00%
De 1 SM a 3 SM	40,24%	45,60%	40,30%	32,00%	34,89%	36,50%
De 3 SM a 5 SM	19,29%	18,52%	21,41%	21,00%	24,32%	22,75%
De 5 SM a 10 SM	16,71%	15,74%	14,11%	23,50%	16,95%	18,00%
Acima de 10 SM	12,24%	7,18%	8,82%	9,00%	7,37%	5,25%
Não respondeu	4,24%	4,86%	6,30%	2,75%	2,95%	2,75%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

38

O gráfico abaixo conta com a relação do segmento que recebe até 3 salários-mínimos e aqueles que recebem mais de 3 salários-mínimos ao longo dos anos de pesquisa. Nele notamos que, apesar de as pessoas entrevistadas estarem a cada ano mais inseridas no mercado de trabalho, a renda familiar não teve uma grande variação. Em 2017, 47,54% recebiam até 3 salários-mínimos e em 2024 esse número é de 51,25%.

GRÁFICO 18

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 19

	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Mais de 3SM	48,24%	41,44%	44,34%	53,50%	48,64%	46,00%
Até 3SM	47,54%	53,70%	49,37%	43,75%	48,41%	51,25%
Não respondeu	4,24%	4,86%	6,30%	2,75%	2,95%	2,75%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Dados sobre percepções políticas

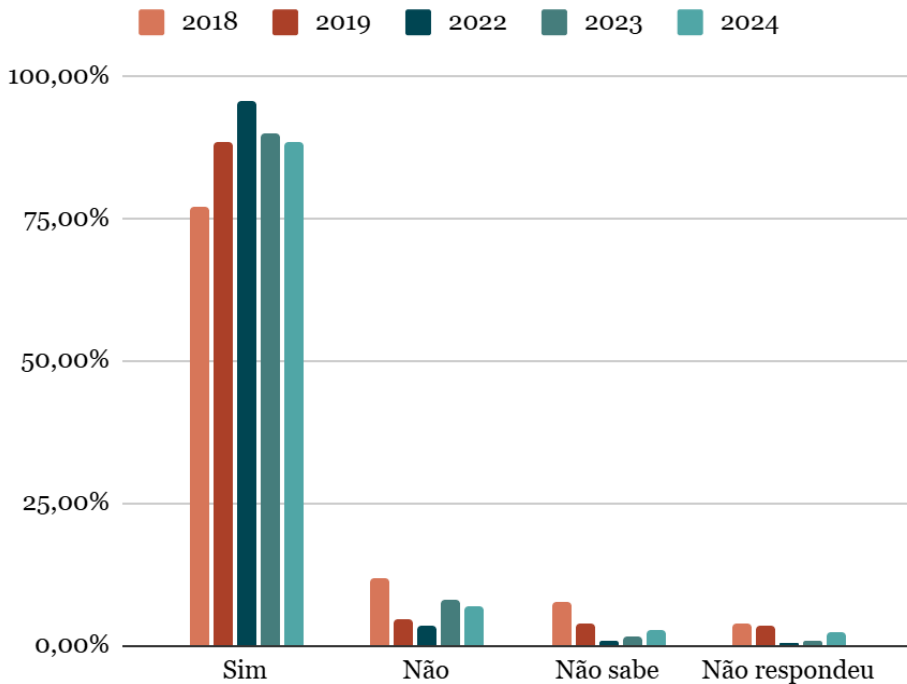
POSICIONAMENTO POLÍTICO

Nos anos de 2018 a 2024¹⁸, entre as pessoas LGBTI+ entrevistadas, a maioria afirmou votar em candidatas LGBTI+. Em 2018, ano com menor número de respostas nesse sentido, 76,78% afirmaram votar, enquanto isso, no ano de 2022, 95,58% fizeram essa mesma afirmação.

18 Para esse gráfico utilizamos os anos de 2018 a 2024

GRÁFICO 19

Vota em Candidatos LGBTI+ (%)



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 20

	2018	2019	2022	2023	2024
Sim	76,78%	88,20%	95,58%	89,88%	88,20%
Não	11,87%	4,72%	3,31%	7,80%	7,02%
Não sabe	7,65%	3,83%	0,83%	1,45%	2,53%
Não respondeu	3,69%	3,24%	0,28%	0,87%	2,25%

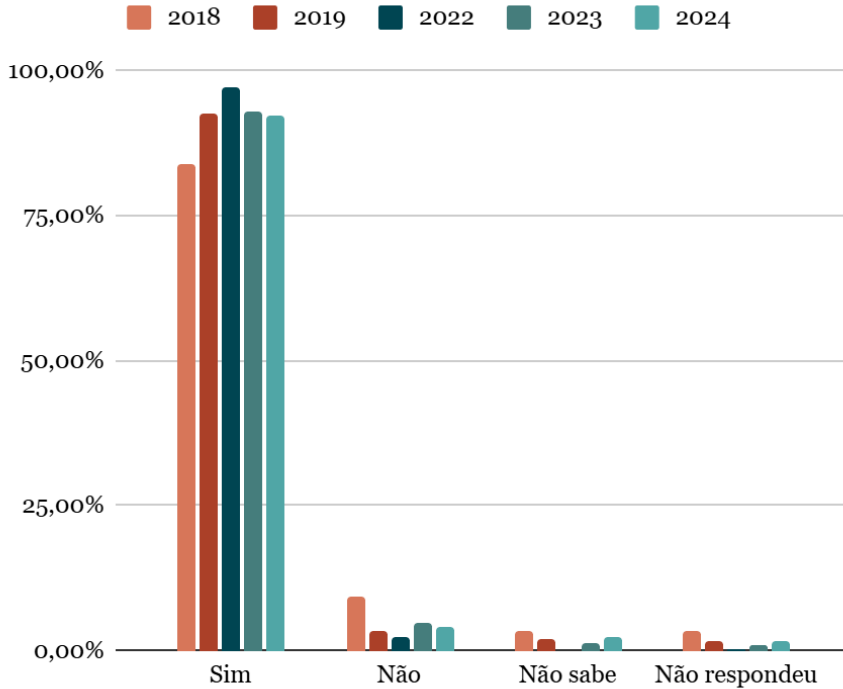
Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Desde 2018¹⁹, quase a totalidade das pessoas entrevistadas afirmaram votar em candidatas com pautas favoráveis à população LGBTI+. Em 2018, ano com o menor número de respostas nesse sentido, a porcentagem foi de 83,91%. Já em 2022, ano com o maior número de respostas afirmativas, a porcentagem foi de 97,24%.

19 Para esse gráfico utilizamos os anos de 2018 a 2024.

GRÁFICO 20

Vota em Candidatos com Pautas Favoráveis à População LGBTI+ (%)



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 21

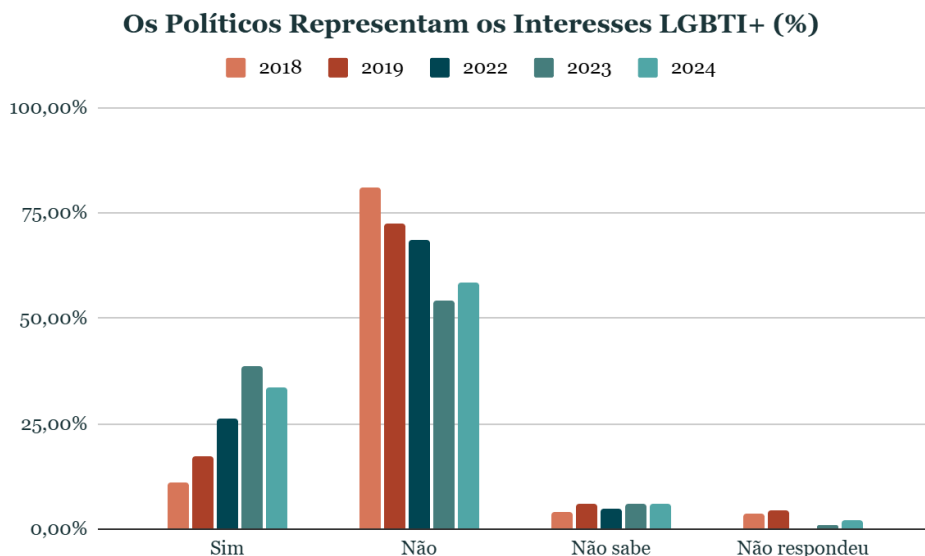
	2018	2019	2022	2023	2024
Sim	83,91%	92,63%	97,24%	93,06%	92,13%
Não	9,23%	3,54%	2,49%	4,62%	3,93%
Não sabe	3,43%	2,06%	0,00%	1,45%	2,25%
Não respondeu	3,43%	1,77%	0,28%	0,87%	1,69%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

De 2018 a 2024 **houve um aumento das respostas afirmativas para o questionamento “Os políticos representam os interesses LGBTI+”**. Em 2018, 11,08% concordavam com essa afirmativa, enquanto em 2024 esse número cresceu para 33,43%. No ano de 2023 o número de respostas afirmativas atingiu seu ápice, com 38,73%.

GRÁFICO 21



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 22

	2018	2019	2022	2023	2024
Sim	11,08%	17,11%	26,24%	38,73%	33,43%
Não	81,00%	72,57%	68,51%	54,34%	58,43%
Não sabe	4,22%	5,90%	4,97%	6,07%	6,18%
Não respondeu	3,69%	4,42%	0,28%	0,87%	1,97%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Enfatiza-se que no ano de 2018 ocorreram eleições para presidente e governador. Em âmbito federal, o candidato eleito com 55,13% dos votos foi Jair Bolsonaro e para governador do Estado de Minas Gerais foi eleito Romeu Zema, com 71,80% dos votos.

O governo federal de Bolsonaro, de 2018 a 2022, foi marcado por medidas governamentais contrárias às mulheres, à população LGBTI+, às pessoas trabalhadoras, às pessoas negras, dentre outros grupos que se situam, historicamente, em condição de vulnerabilidade²⁰. A ministra dos direitos humanos, Damares Alves, com falas como “meninas vestem rosa, meninos vestem azul”, simboliza o perfil do governo em face da população LGBTI+²¹. Ademais, à época ocorreu o assassinato da defensora de direitos humanos Marielle Franco e de seu motorista Anderson Gomes²², num cenário ainda caracterizado pela imprudência com relação à crise sanitária. Observa-se que, em 2016, as respostas das pessoas entrevistadas LGBTI+ à afirmativa feita por nossa pesquisa na Parada, “Jair Bolsonaro é um político confiável”, foram: 86,98% não concordam; 7,40% não sabem; 2,96% concordam parcialmente; 1,48% não responderam; e 1,18% concordam totalmente.

Anteriormente, de 2016 a 2018, no governo de Michel Temer, fortaleceram-se as alas conservadoras da extrema-direita. O espaço da Parada LGBT da cidade de São Paulo, a título de exemplo, foi palco de diferentes manifestações contra o governo na época²³. Fato é que todo o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff foi marcado pelo crescimento dos discursos em nome de uma família tradicional e patriarcal.

Por conta disso, a nossa pesquisa no ano de 2016 fez perguntas próprias com relação ao

20 VILELA, Pedro Rafael. *Violência, violações e desigualdade aumentaram sob Bolsonaro, diz grupo internacional*. Brasil de Fato. 19 jan. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/01/19/violencia-violacao-e-desigualdade-aumentaram-sob-bolsonaro-diz-grupo-internacional>

21 LONGO, Ivan. *100 dias de retirada de direitos e violência contra a população LGBTI*. Revista Fórum. 10 mar. 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/lgbt/2019/4/10/100-dias-de-retirada-de-direitos-violencia-contra-populao-lgbti-54838.html>

22 ANISTIA Internacional *condena política contra direitos humanos no governo Bolsonaro*. Brasil de Fato. 05 mar. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2020/03/05/anistia-internacional-condena-politica-contra-direitos-humanos-no-governo-bolsonaro>

23 Veja em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/05/29/fora-temer-domina-parada-do-orgulho-lgbt-em-sao-paulo>
<https://oglobo.globo.com/politica/parada-gay-tem-protestos-contra-temer-em-sp-21490767>

âmbito político. Dentre elas, foi questionado às entrevistadas LGBTI+ se eram a favor do impeachment. Os resultados encontrados mostraram que 65,68% eram contrários, 15,09% eram favoráveis, 11,24% eram a favor de novas eleições, 4,73% não sabiam e 3,25% não responderam. Questionadas se concordavam com a afirmativa “O governo Temer vai ser um retrocesso nos direitos LGBT”:²⁴ 70,12% concordam totalmente; 13,31% não concordavam; 8,58% concordavam parcialmente; 6,21% não sabiam; e 1,78% não responderam. Para a afirmativa “O governo Dilma realizou avanços em relação aos direitos dos LGBT”, as respostas foram: 41,72% concordam parcialmente; 28,40% concordam totalmente; 23,37% não concordam; 6,21% não sabem; e 0,30% não responderam.

Em 2022 ocorreram novas eleições para a presidência da república, elegendo-se o candidato Lula, com 50,90% dos votos; para governador do Estado de Minas Gerais foi reeleito o candidato Romeu Zema, com 56,18% dos votos.

Durante o atual governo federal nota-se a retomada da preocupação com a elaboração de políticas voltadas ao público LGBTI+. O governo, por exemplo, destinou R\$ 27 milhões para política LGBTI+, a maior verba para programa destinado a esse segmento da história²⁴. Além disso, podemos conferir que desde 2023 aproximadamente 8 edições legislativas relativas à ampliação de direitos da população LGBTI+ foram lançadas. No entanto, observa-se que, conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública²⁵ de 2023, houve um aumento de 42% de homicídios contra pessoas LGBTI+ quando comparado ao ano de 2022 no primeiro ano de governo.

O gráfico abaixo demonstra a relação de cada período histórico com os respectivos governos federais, desde que iniciaram as pesquisas do

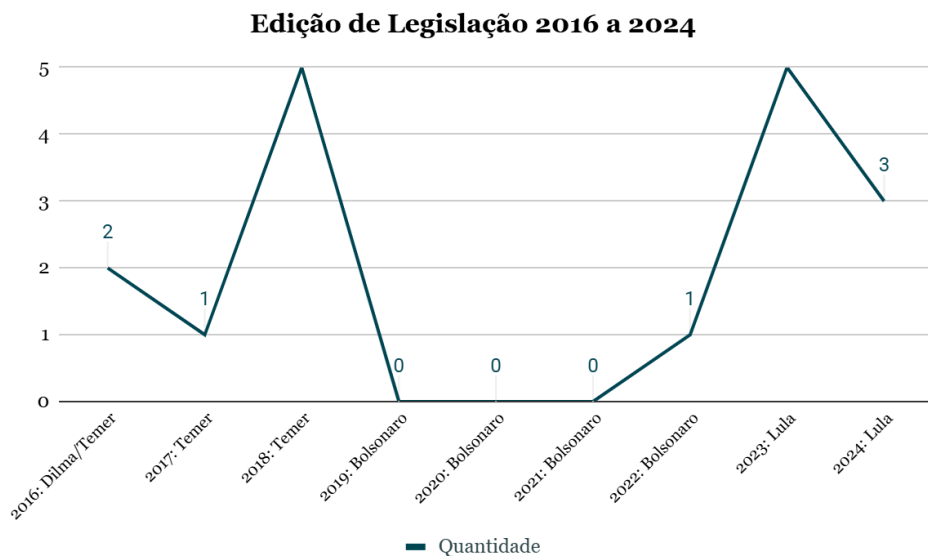
²⁴ LULA sanciona orçamento com maior verba para política LGBTIQA+ da história. *Carta Capital*. 24 jan. 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/lula-sanciona-orcamento-com-maior-verba-para-politica-lgbtqia-da-historia/>

²⁵ ANUÁRIO Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2023.

Diverso na Parada do Orgulho LGBTI+ de Belo Horizonte, e a quantidade de edição de legislações em prol da comunidade LGBTI+²⁶.

26 O anexo consta a relação das edições legislativas com o ano e temática.

GRÁFICO 22



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

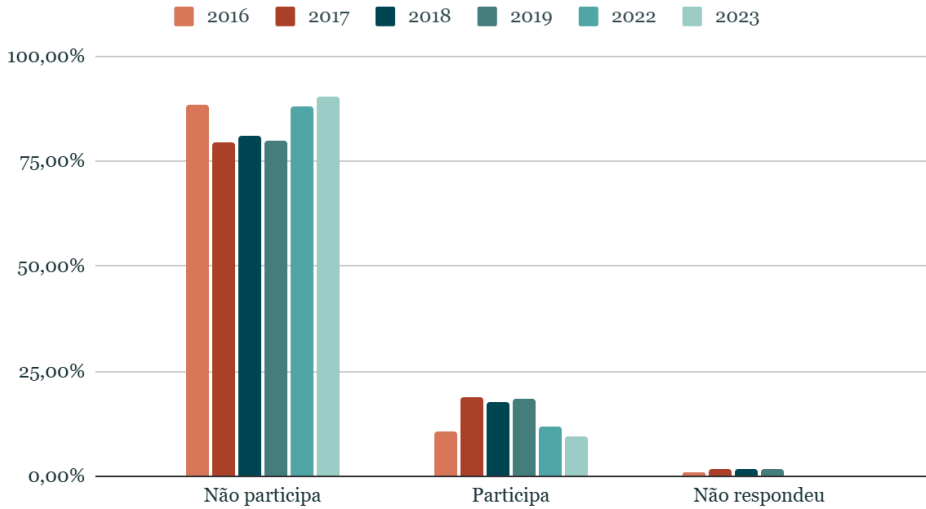
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

O público LGBTI+ da Parada do Orgulho LGBTI+ de Belo Horizonte tende, majoritariamente, a não participar de movimentos sociais, políticos ou de grupos LGBTI+²⁷. Em 2017, 79,55% afirmaram não participar, enquanto em 2023, ano com maior número de pessoas entrevistadas que não participavam, esse valor chegou a 90,46%.

27 Para esse gráfico utilizamos os dados de 2016 a 2024, dentre eles consideramos: 337 respostas de 2016, 337 de 2017, 338 de 2018 e 346 de 2023

GRÁFICO 23

Participação em Movimento Social/Político/Grupo LGBT (%)



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 23

	2016	2017	2018	2019	2022	2023
Não participa	88,43%	79,55%	80,90%	79,88%	88,12%	90,46%
Participa	10,68%	18,77%	17,51%	18,34%	11,88%	9,54%
Não respondeu	0,89%	1,68%	1,59%	1,78%	0,00%	0,00%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

A lista abaixo mostra a relação das entrevistadas de cada ano com o movimento que participavam. Tendo em vista que apareceram muitos movimentos ao longo dos anos, selecionamos aqueles que surgiram mais de uma vez no período de 2016 a 2023.

TABELA 24

Movimento	2016	2017	2018	2019	2022	2023
ADI (Assoc. Diversidade Itabirana)	0,00%	0,28%	0,27%	0,00%	0,00%	0,00%
Afronte	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,75%	0,29%
Caminhada das Lésbicas e Bissexuais	1,48%	0,28%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Cellos	1,78%	1,12%	0,53%	0,75%	0,75%	1,16%
Diverso	0,30%	0,84%	0,53%	0,25%	0,25%	0,00%
Estudantil	0,00%	0,28%	0,27%	0,25%	0,00%	0,00%
Feminismo	0,30%	0,56%	0,27%	0,25%	0,00%	0,00%
Grêmio Estudantil (AMES)	0,00%	0,28%	0,27%	0,00%	0,25%	0,00%
Juntos	0,60%	0,28%	0,00%	0,00%	0,25%	0,00%
LGBT	0,00%	0,28%	0,27%	0,25%	0,00%	0,00%
Movimento Cores	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,25%	0,29%
Movimento feminista	0,30%	0,00%	0,00%	0,25%	0,00%	0,00%
Movimento LGBT	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,25%	0,29%
Movimento Negro	0,30%	0,00%	0,00%	0,25%	0,00%	0,00%
NUH	0,00%	0,28%	0,27%	0,25%	0,00%	0,00%
ONGs	0,00%	0,00%	0,00%	0,25%	0,00%	0,29%
PSOL	0,00%	0,00%	0,27%	0,00%	0,25%	0,00%
PT	0,00%	0,00%	0,27%	0,00%	0,50%	0,87%
Transenem	0,59%	0,28%	0,27%	0,25%	0,25%	0,00%
Transvest	0,60%	0,84%	0,80%	0,76%	0,00%	0,29%
Up	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,25%	0,29%

PRINCIPAIS DEMANDAS

28 Para esse gráfico utilizamos os anos de 2018 a 2022.

No ano de 2016, 2019 e 2022²⁸, a principal demanda do grupo LGBTI+ era por mais segurança (36,71%, 27,96% e 43,75%, respectivamente); em 2017 e 2018 foi por reconhecimento e/ou visibilidade (42,30% e 35,42%, respectivamente).

TABELA 25

Demanda	2016	2017	2018	2019	2022
Segurança	36,71%	18,77%	18,75%	27,96%	43,75%
Reconhecimento/ visibilidade	29,37%	42,30%	35,42%	23,67%	21,25%
Trabalho	6,08%	3,36%	5,79%	9,81%	7,00%
Saúde	5,82%	5,32%	5,79%	7,81%	8,75%
Ensino	4,05%	5,32%	2,31%	4,28%	6,25%
Outros	3,86%	7,28%	4,40%	3,27%	1,25%
Nenhum	3,79%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Respeito	2,78%	6,16%	6,48%	4,78%	0,25%
Leis	1,26%	0,56%	0,69%	0,00%	0,00%
Criminalização da homofobia	1,25%	2,80%	0,00%	0,76%	0,00%
Aceitação	0,76%	0,84%	0,00%	0,00%	0,00%
Nome social	0,51%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Igualdade	0,50%	1,12%	6,48%	0,76%	0,00%
Políticas	0,50%	1,68%	0,92%	1,51%	0,50%

Representatividade	0,50%	0,28%	0,23%	0,25%	0,00%
Amor	0,25%	0,56%	0,00%	0,00%	0,00%
Direitos	0,25%	1,68%	1,16%	2,27%	0,25%
Combate ao preconceito e/ou homofobia	0,25%	0,56%	3,47%	1,26%	0,00%
União	0,25%	0,56%	1,62%	1,76%	0,00%
Inclusão	0,00%	0,28%	0,69%	0,00%	0,00%
Não sabe	0,25%	0,28%	0,00%	0,25%	0,00%
Não se aplica	0,00%	0,00%	0,00%	14,61%	0,00%
Não respondeu	1,01%	0,56%	12,27%	0,76%	10,75%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Dentre os avanços legislativos e em políticas públicas, ocorreram alguns fatores que se interligam com as demandas que apareceram ao longo dos anos.

A necessidade por trabalho, vista especialmente no ano de 2019 (9,81%), tem como regulamento correlato o Decreto n.º 9.571 de 2018, o qual estabelece que as empresas devem combater a discriminação nas relações de trabalho e promover a valorização e o respeito da diversa em suas áreas e hierarquias, com ênfase na LGBTI+. Apesar da vigência do decreto a partir de 2018, a demanda permaneceu alta nos anos seguintes.

No que concerne à saúde, vemos que essa exigência aparece principalmente no ano de 2022 (8,75%). Observa-se que, em 2018 houve a edição da Lei n.º 13.595, alterando a Lei n.º 13.595 e propondo o desenvolvimento de ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças aos grupos homossexuais e transexuais. Contudo, ressalta-se que a lei foi editada em 2018 e em 2022 essa demanda permaneceu sendo alta.

No que diz respeito a educação, reivindicação trazida principalmente em 2022 (6,25%), vemos o Decreto n.º 11.754 em 2023,

o qual visa promover a diversidade, a equidade e a inclusão, por meio do estímulo à participação de pessoas LGBTI+, dentre outras, no campo da popularização da ciência.

Quanto à demanda por nome social – forma como uma pessoa se autoidentifica e é reconhecida, uma vez que seu nome civil não condiz com a sua identidade de gênero – que aparece no ano de 2016, em 0,51% das respostas, temos a entrada em vigor nesse mesmo ano do Decreto Federal n.º 8.727, o qual dispõe sobre o uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero de transexuais e travestis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A nível municipal, tem-se, nesse mesmo ano, o Decreto n.º 16.533, o qual estabelece que nos procedimentos e atos dos órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta a pessoa trans e travesti terá o seu direito à escolha do nome social.

Remissivo a necessidade por mais políticas para a comunidade LGBTI+, que aparece principalmente no ano de 2017 (1,68%), tem-se o Decreto do Município de Belo Horizonte n.º 18.379 de 2023, com o objetivo de instituir a Comissão Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania de Pessoas LGBTQIA+, órgão de caráter consultivo e deliberativo, com atribuições para acompanhar, avaliar e propor programas, projetos e ações no âmbito da política voltada para a população LGBTQIA+.

Em relação à igualdade, cujo principal ano de aparecimento foi 2018 (6,48%), tem-se o Decreto do Município de Belo Horizonte n.º 18.027 de 2022, estipulando que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania – SMASAC, deve garantir igualdade de direitos e cidadania, especialmente, dentre outros, da população LGBT; estipula que a SMASAC tem em sua estrutura uma diretoria de políticas para a população LGBT e o Centro de Referência LGBT.

Em relação a demanda por mais direitos, que aparece sobretudo no ano de 2019 (2,27%), observa-se a convocação de Fórum (Decreto Federal n.º 9.400 de 2018) para tratar sobre os direitos LGBTI+, o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras (Decreto n.º 11.471 de 2023), a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras (Decreto n.º

11.848 de 2023). Ainda, também há o Programa EquipaDH+ (Decreto n.º 11.919 de 2024), o qual visa promover e defender os direitos de, entre outros, as pessoas LGBTI+.

Por fim, é importante salientarmos que a demanda por criminalização da homofobia foi alvo de decisão do Supremo Tribunal Federal em 2019. Este consolidou o entendimento de que as violências e discriminações proferidas por conta de identidades de gênero ou orientações afetivo-sexuais se enquadram na Lei n.º 7.716 de 1989, portanto, se equiparam ao crime de racismo.

Diante de todo o exposto, vemos que legislações específicas sobre segurança, visibilidade/reconhecimento para a população LGBTI+ encontram-se ausentes tanto no âmbito federal quanto municipal. Além disso, uma série de outras demandas não foram trabalhadas pelas leis e, as que foram, vemos que algumas vezes isso é feito de forma colateral, e não como o objetivo principal da normativa.

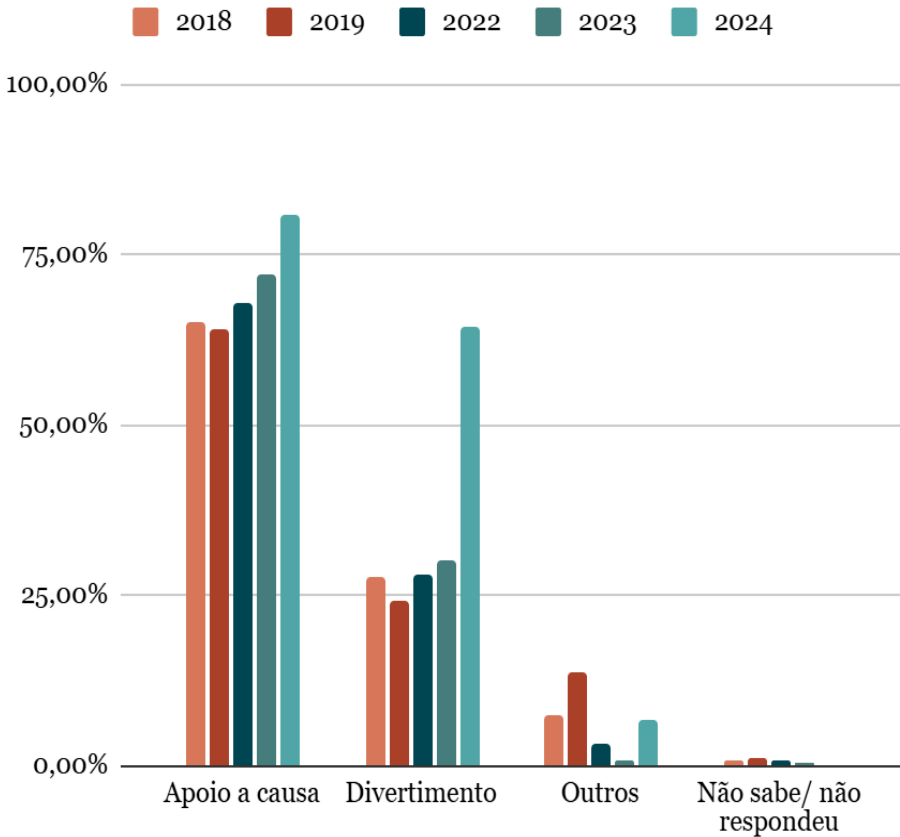
MOTIVAÇÃO PARA PARTICIPAR DA PARADA

Entre os anos de 2018²⁹ e 2024, **a principal motivação das entrevistadas para participar na Parada do Orgulho LGBTI+ de Belo Horizonte foi o apoio à causa.** Observa-se que, no ano de 2024 ocorreu o aumento daqueles que foram em apoio à causa e por divertimento, com o percentual de 80,62% e 64,33%, respectivamente.

29 Para esse gráfico utilizamos 375 respostas do ano de 2018.

GRÁFICO 24

Motivo para Participar da Parada LGBT (%)



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 26

	2018	2019	2022	2023	2024
Apoio a causa	65,07%	64,01%	67,96%	72,03%	80,62%
Divertimento	27,74%	24,18%	27,90%	30,23%	64,33%
Outros	7,20%	13,57%	3,31%	0,85%	6,74%
Não sabe/ não respondeu	0,53%	0,88%	0,83%	0,28%	0,00%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Dados sobre Violências contra pessoas LGBTQIA+

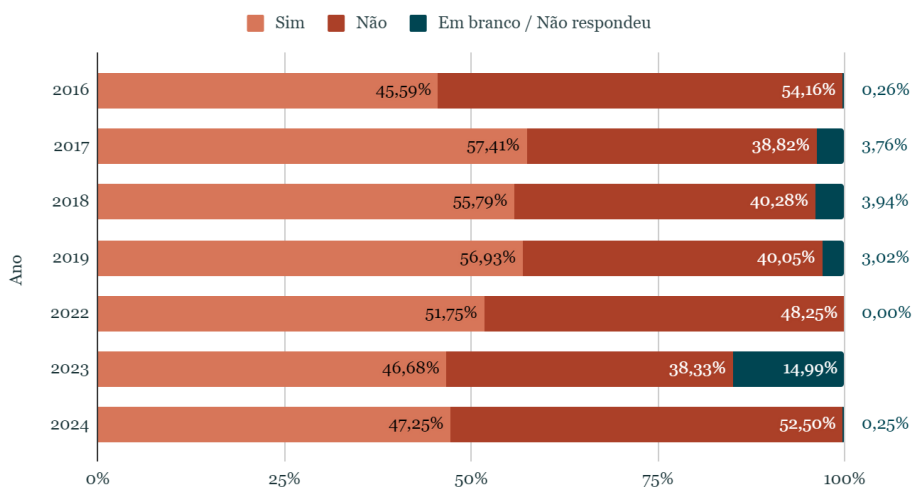
Ao longo das edições de 2016 a 2024 da Parada LGBTI+ de Belo Horizonte, a violência contra pessoas LGBTI+ se mostra constante nas vivências dos participantes. **Dentre as sete edições analisadas, em quatro anos mais de 50% dos respondentes afirmaram terem sofrido ou presenciado violência por causa de ser gênero e/ou orientação sexual.** Em contraponto, há duas edições nas quais o número de respostas negativas supera a resposta positiva: 2016, com uma diferença de 9 pontos percentuais, e 2024, com uma diferença de 5 pontos percentuais.

Os índices de resposta positiva se mantiveram em uma média total de 51,63%, o maior foi em 2017 (57,41%) e o menor em 2016 (45,59%).

GRÁFICO 25

Você já sofreu ou presenciou violência por causa de seu gênero e/ou orientação sexual?

Comparação do percentual de respostas sobre o total de entrevistades por ano de Parada



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 27

Ano	Sim	Não	Em branco / Não respondeu
2016	45,59%	54,16%	0,26%
2017	57,41%	38,82%	3,76%
2018	55,79%	40,28%	3,94%
2019	56,93%	40,05%	3,02%
2022	51,75%	48,25%	0%
2023	46,68%	38,33%	14,99%
2024	47,25%	52,50%	0,25%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Entre as edições das pesquisas das Paradas nesse relatório analisadas, nota-se que a questão “*Você já sofreu ou presenciou violência por causa de seu gênero e/ou orientação sexual?*” é uma constante. Essa consistência permite uma análise comparativa sobre a presença da violência LGBTfóbica na vida das participantes da Parada e será utilizada, em nossa análise comparativa, como o ponto comum entre os diferentes levantamentos.

Assim, nas seções seguintes serão apresentadas as especificidades da manifestação da violência em diferentes espaços, e, para isso, utilizaremos como amostra referência os respondentes que afirmaram que terem vítimas e/ou presenciaram violência LGBTfóbica a cada ano. Dessa forma, **será analisada a proporção, e não o volume total de respostas.**

2016: um caso à parte

Antes de iniciarmos as análises da violência em diferentes espaços, vale destacar o caso da 19ª edição da Parada. Na edição de 2016, o questionário não contava com perguntas sobre as esferas e os contextos de ocorrência de violência, somente quais violências as pessoas entrevistadas já haviam sofrido. Assim, vale pontuar os dados deste ano separadamente.

Entre as 397 entrevistadas da pesquisa, 45,59% (181 pessoas) afirmaram ter sofrido violência devido à sua identidade de gênero

ou orientação sexual, enquanto 54,16% (215) afirmaram não ter sofrido. Entre aqueles que afirmaram ter sofrido violência, a forma mais presente é a violência verbal (74,59%), seguida pela psicológica (57,46%), física (37,02%), sexual (37,02%) e ameaça (21,55%).

Você já sofreu alguma violência por causa de seu gênero e/ou orientação sexual? Se sim, qual?

TABELA 28

	Sim, já sofreu	Não, nunca sofreu
Ameaça	21.55% (39)	78.45% (142)
Violência física	37.02% (67)	62.98% (114)
Violência sexual	14.36% (26)	85.64% (155)
Violência psicológica	57.46% (104)	42.54% (77)
Violência verbal	74.59% (135)	25.41% (46)

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

VIOLÊNCIA EM ESPAÇOS PÚBLICOS

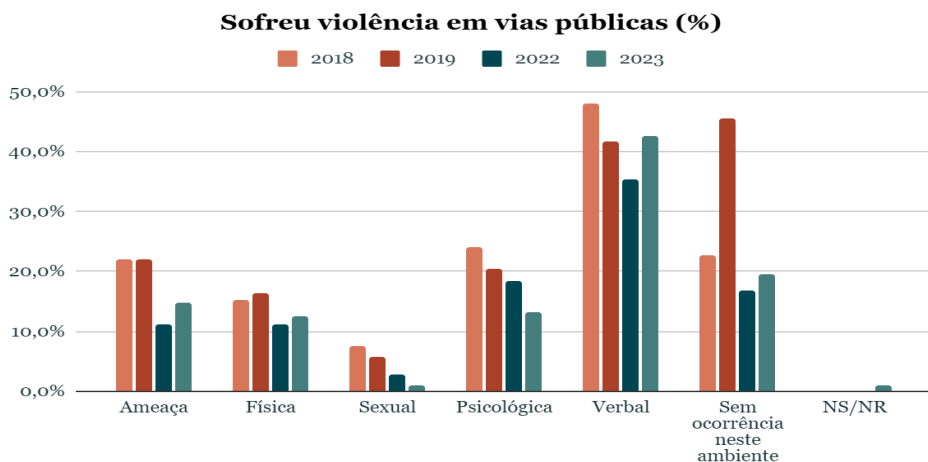
Os tipos mais comuns de violência sofrida em espaços públicos são, em média de todas as edições, verbal (41,91%), psicológica (18,98%), ameaça (17,49%), física (13,87%) e sexual (4,29%). Demais, 26,19% afirmam não terem sofrido violência nesse espaço e 0,26% não responderam ou não sabiam.

Ao analisarmos as manifestações da violência, é possível apontar algumas tendências. As violências psicológica e sexual apresentam uma diminuição com o passar do tempo. Em 2018 eram, respectivamente, 24,15% e 7,5%, enquanto em 2023 foram 13,2% e 1,1%.

Já no caso da violência verbal, nota-se índices estáveis entre as edições, sendo 48,1% em 2018; 41,6% em 2019; 35,3% em 2022; e 42,6% em 2023.

A análise temporal também aponta um caso de destaque na análise: em 2019 observa-se uma tendência alta na proporção de pessoas que afirmam não ter sofrido violência em vias públicas.

GRÁFICO 26



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 29

	2018 ³⁰	2019	2022	2023
Ameaça	22,0%	22,1%	11,1%	14,7%
Física	15,4%	16,4%	11,1%	12,6%
Sexual	7,5%	5,8%	2,9%	1,1%
Psicológica	24,1%	20,4%	18,4%	13,2%
Verbal	48,1%	41,6%	35,3%	42,6%
Sem ocorrência neste ambiente	22,8%	45,6%	16,9%	19,5%
Não sabe/ Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%

30 Para esse gráfico utilizamos os anos de 2018 a 2023.

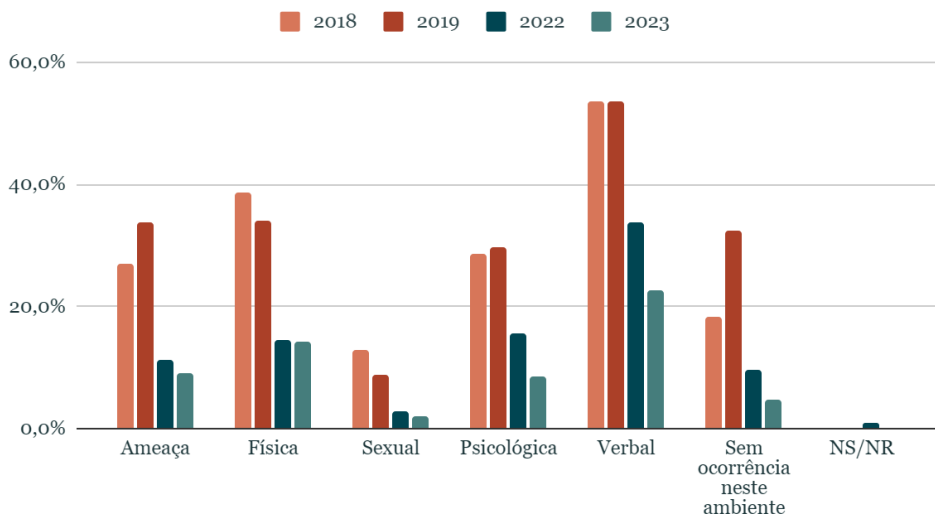
Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

No âmbito das violências presenciadas em vias públicas, em média, a modalidade mais recorrente é a verbal (22,10%), seguida

pela violência física (13,76%), psicológica (11,20%), ameaça (11,03%) e sexual (3,67%). Assim como observado acima, o ano de 2019 também apresenta uma proporção de destaque de pessoas que afirmam não ter presenciado violência nesse ambiente, com 32,30%.

GRÁFICO 27

Presenciou violência em vias públicas (%)



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 30

	2018 ³¹	2019	2022	2023
Ameaça	26,97%	33,63%	11,11%	8,95%
Física	38,59%	34,07%	14,49%	14,21%
Sexual	12,86%	8,85%	2,90%	2,11%
Psicológica	28,63%	29,65%	15,46%	8,42%
Verbal	53,53%	53,54%	33,82%	22,63%
Sem ocorrência neste ambiente	18,26%	32,30%	9,66%	4,74%
Não sabe/ Não respondeu	-	-	0,97%	0

31 Para esse gráfico utilizamos os anos de 2018 a 2023.

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

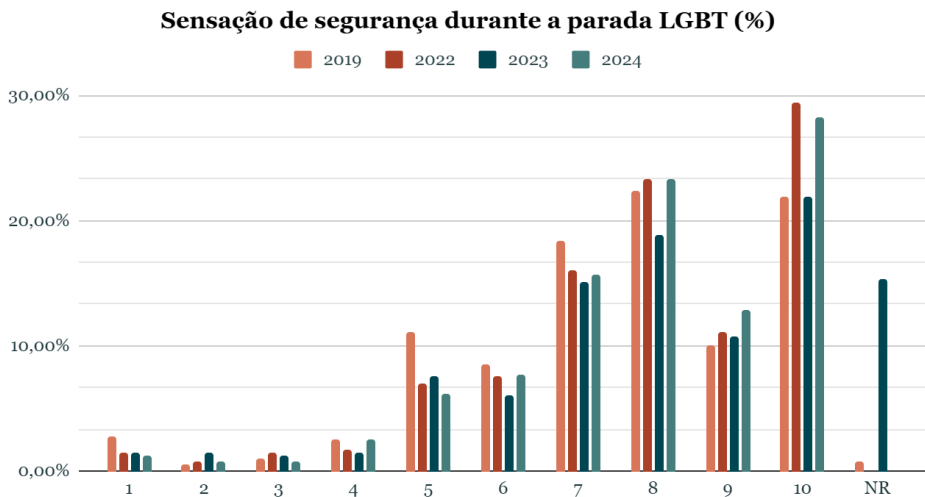
PERCEPÇÃO DE SEGURANÇA

Nas edições de 2019, 2022, 2023 e 2024, os questionários das Paradas contaram com perguntas sobre a sensação de segurança das pessoas entrevistadas em quatro contextos: 1. Naquele momento, durante a Parada LGBT; 2. No cotidiano, nas ruas da cidade; 3. Em demonstração de afeto (mãos dadas, abraço, etc.); e 4. Em outras manifestações públicas por seus direitos. Em todas as questões, os participantes deram uma nota sobre o quão seguros se sentiam em tais cenários, de 1 (pouco seguro) a 10 (muito seguro).

Percepção de segurança durante a Parada

Historicamente, a maioria das entrevistadas percebem a Parada do Orgulho LGBT como um espaço seguro. Nos anos analisados, se sobrepõe aqueles que deram uma nota de 6 a 10 para a sensação de segurança – em 2022 foram 87,44% e em 2023 foram 72,61%. Em média, 82,31% das pessoas entrevistadas deram uma nota de 6 a 10 para a sensação de segurança.

GRÁFICO 28



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 31

	2019	2022	2023	2024
1	2.77%	1.51%	1.49%	1.25%
2	0.50%	0.75%	1.51%	0.74%
3	1.01%	1.51%	1.26%	0.74%
4	2.52%	1.76%	1.51%	2.48%
5	11.08%	7.04%	7.54%	6.20%
6	8.56%	7.54%	6.03%	7.69%
7	18.39%	16.08%	16.08%	15.63%
8	22.42%	23.37%	23.37%	23.33%
9	10.08%	11.06%	11.06%	12.90%
10	21.91%	29,40%	29.40%	28.29%
NR	0.76%	0.00%	0.00%	0.00%

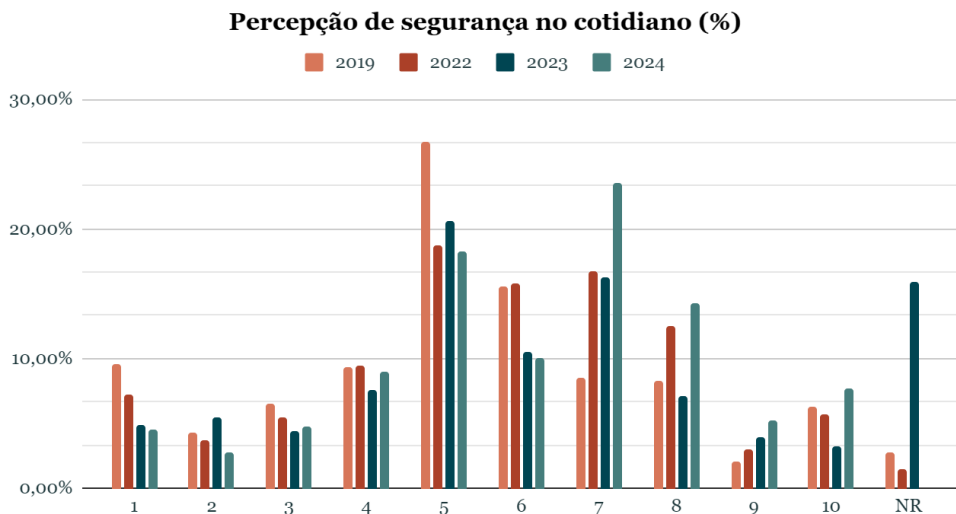
Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Percepção de segurança no cotidiano, nas ruas da cidade

No contexto das ruas da cidade, no cotidiano, a sensação de segurança das pessoas entrevistadas é consideravelmente menor quando comparada com a parada LGBT.

Ao serem questionadas, em média, 49,08% das pessoas entrevistadas deram a nota de 6 a 10, entre 2019 e 2024. Observa-se também uma variação progressiva na sensação de segurança – em 2019, 40,81% deram uma resposta positiva, enquanto esse número foi para 60,75% em 2024.

GRÁFICO 29



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 32

	2019	2022	2023	2024
1	9.57%	7.25%	4.91%	4.50%
2	4.28%	3.75%	5.41%	2.75%
3	6.55%	5.50%	4.42%	4.75%
4	9,32%	9.50%	7.62%	9,00%
5	26.70%	18.75%	20.64%	18,25%
6	15.62%	15.75%	10.57%	10,00%
7	8.56%	16.75%	16.22%	23.50%
8	8.31%	12.50%	7.13%	14.25%
9	2.02%	3.00%	3.93%	5.25%
10	6.30%	5.75%	3.19%	7.75%
NR	2.77%	1.50%	15.97%	0.00%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

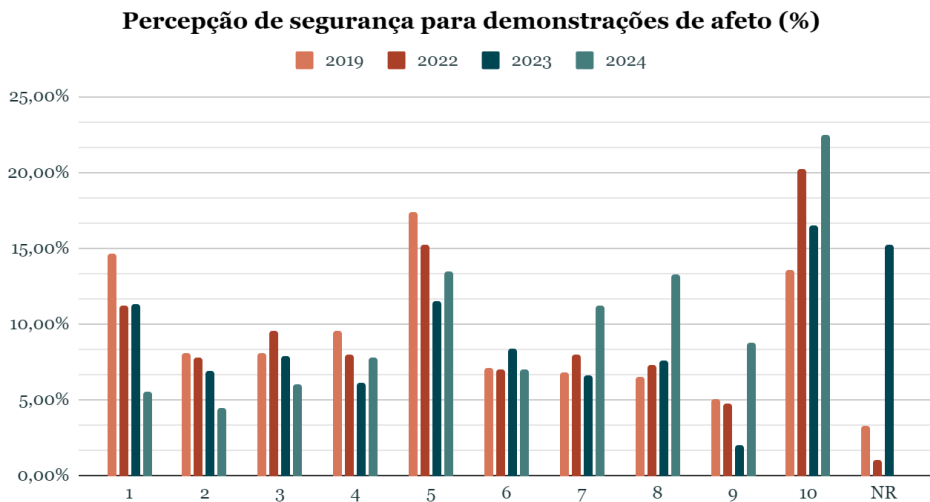
Percepção de segurança para demonstração de afeto

Em relação à sensação de segurança para demonstrarem afeto nos locais públicos, em média, historicamente, nota-se uma distribuição igualitária entre aqueles que se sentem seguros (47,52%) e inseguros (47,60%).

Contudo, ao analisarmos a distribuição temporal entre sensação de segurança (5 a 10) e insegurança (1 - 5), nota-se uma variação entre os anos. Em 2019, 39,04% das pessoas entrevistadas se sentiam seguras, enquanto 57,68% não. Em 2022, esses números aumentaram: 47,25% se sentiam seguras e 51,75% inseguras. Enquanto, 2023 se manteve nessa proporção (43,73% e 41,03%, respectivamente), e 2024 contou com os maiores índices de sensação de segurança para demonstrações de afeto, com 62,75% das entrevistadas se sentindo seguras.

64

GRÁFICO 30



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 33

	2019	2022	2023	2024
1	14.61%	11.25%	11.20%	5.50%
2	8.06%	7.75%	6.88%	4.50%
3	8.06%	9,50%	7.86%	6.00%
4	9.57%	8.00%	6.14%	7.75%
5	17.38%	15,25%	11.55%	13.50%
6	7.05%	7.00%	8.35%	7.00%
7	6.80%	8.00%	6.63%	11.25%
8	6.55%	7.25%	7.62%	13.25%
9	5.04%	4.75%	1.97%	8.75%
10	13.60%	20.25%	16.46%	22.50%
NR	3.27%	1.00%	15.23%	0.00

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Percepção de segurança em outras manifestações públicas por seus direitos

Nas manifestações públicas por direitos, em média, as pessoas entrevistadas se sentem seguras, com 55,61% dando uma nota de 6 a 10. Assim, como observado anteriormente, há um aumento na sensação de segurança com o passar do tempo. Quando questionadas, 45,34% afirmaram se sentir seguras em 2019; 54,75% em 2022; 55,20% em 2023; e 66,75% em 2024.

GRÁFICO 31

Percepção de segurança em outras manifestações públicas por seus direitos (%)



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 34

	2019	2022	2023	2024
1	7.05%	8.25%	7.23%	3.25%
2	3.53%	3.75%	3.76%	2.75%
3	6.55%	4.25%	6.36%	4.50%
4	11.08%	7.00%	6.94%	5.00%
5	16.88%	18.75%	17.05%	17.75%
6	8.56%	10.50%	13.87%	10.25%
7	10.33%	14.50%	10.12%	18.00%
8	9.82%	11.75%	11.56%	14.00%
9	3.53%	5.50%	4.62%	5.75%
10	13.10%	12.50%	15.03%	18.75%
NR	9.57%	3.25%	3.47%	0.00%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

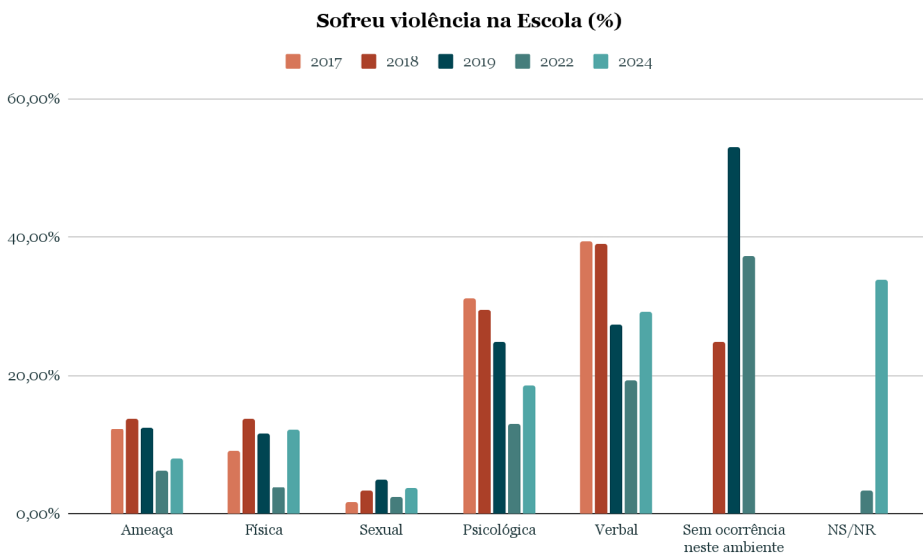
VIOLÊNCIAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

No que tange às violências ocorridas em instituições de ensino, vale analisar separadamente aquelas ocorridas em escolas, referentes ao ensino básico, fundamental e médio, e em universidades, referente ao ensino superior e pós-graduação.

Escolas

O tipo mais comum de violência sofrida na escola é a verbal (30,87%), seguida pela psicológica (22,91%), a ameaça (11,14%), física (10,13%) e sexual (2,83%). Nota-se também o índice considerável de pessoas entrevistadas que afirmaram não ter sofrido violência em escolas (em média, 37,49%).

GRÁFICO 32



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

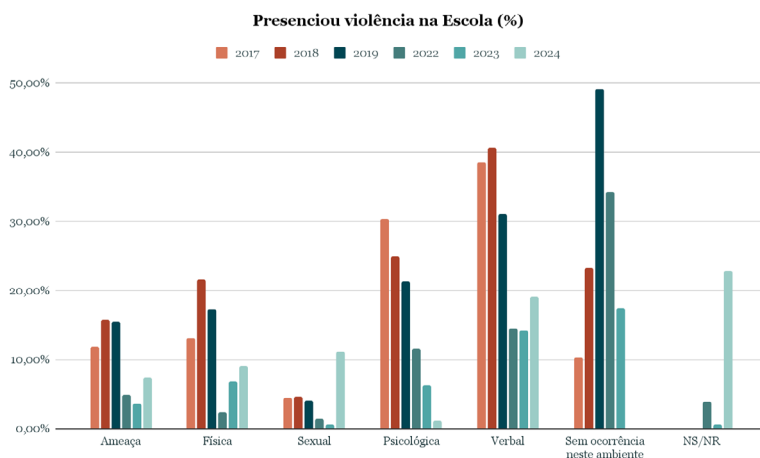
TABELA 35

	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Ameaça	12.30%	13.69%	12.39%	6.28%	14.21%	7.94%
Física	9.02%	13.69%	11.50%	3.86%	10.53%	12.17%
Sexual	1.64%	3.32%	4.87%	2.42%	1.05%	3.70%
Psicológica	31.15%	29.46%	24.78%	13.04%	20.53%	18.52%
Verbal	39.34%	39.00%	27.43%	19.32%	31.05%	29.10%
Sem ocorrência neste ambiente	-	24.90%	53.10%	37.20%	34.74%	-
Não sabe/ Não respondeu	-	-	-	3.38%	1.05%	33.86%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

No âmbito das violências presenciadas em escolas, tem-se, em média: 26,32% verbal; 15,91% psicológica; 11,70% física; 9,85% ameaça; 4,36% sexual. Nota-se, também, uma variação significativa no índice de pessoas entrevistadas que afirmam não terem presenciado violências na instituição, tendo 2017 o menor índice (10,25%) e 2019 o maior (49,12%).

GRÁFICO 33



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 36

	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Ameaça	11.89%	15.77%	15.49%	4.83%	3.68%	7.41%
Física	13.11%	21.58%	17.26%	2.42%	6.84%	8.99%
Sexual	4.51%	4.56%	3.98%	1.45%	0.53%	11.11%
Psicológica	30.33%	24.90%	21.24%	11.59%	6.32%	1.06%
Verbal	38.52%	40.66%	30.97%	14.49%	14.21%	19.05%
Sem ocorrência neste ambiente	10.25%	23.24%	49.12%	34.30%	17.37%	
Não sabe/ Não respondeu				3.86%	0.53%	22.75%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Universidades

Ao analisarmos as violências ocorridas no ensino superior, vale realizar um recorte das entrevistadas, tomando como base somente aqueles que afirmaram ter cursado ou estar cursando ensino superior no momento da pesquisa. Assim, o número de respondentes analisados foram:

TABELA 37

Ano³²	Número de pessoas entrevistadas que já cursaram ou estão cursando Ensino Superior
2017	243
2018	216
2019	198
2022	228
2023	192

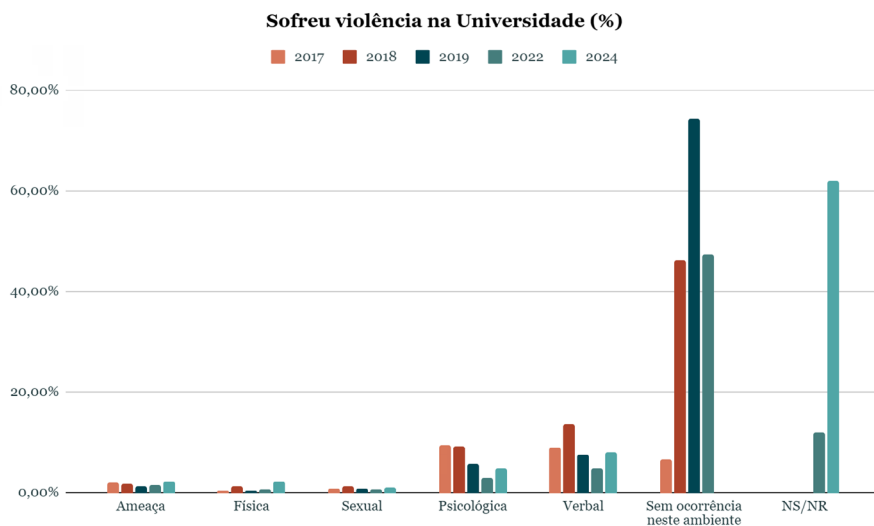
32 Para esse gráfico utilizamos os anos de 2017 a 2023.

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Desta maneira, as formas mais comuns de violências sofridas em universidades foram: verbal (6,14%), psicológica (5,15%), ameaça (1,10%), sexual (0,64%) e física (0,46%). No geral, observa-se um

índice significativo de pessoas entrevistadas que afirmaram não ter sofrido violência LGBTfóbica na universidade – em média, 89,85% responderam “Sem ocorrência neste ambiente”.

GRÁFICO 34



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

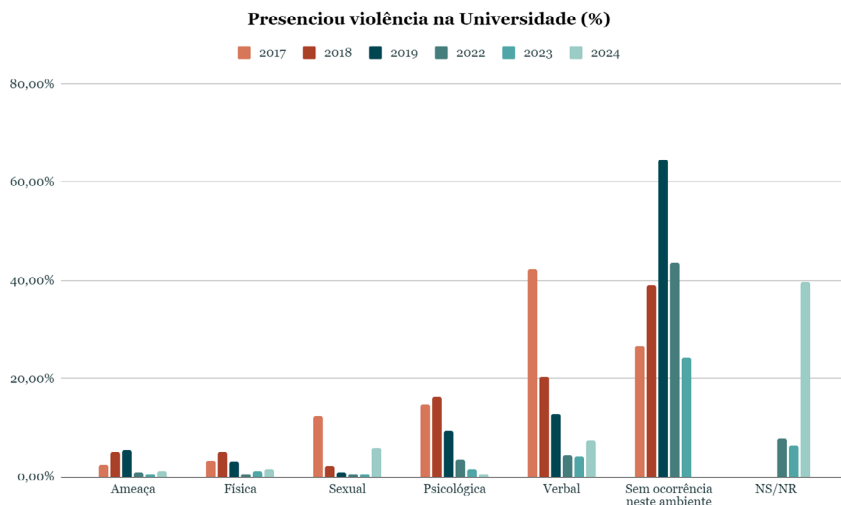
TABELA 38

	2017	2018	2019	2022	2023
Ameaça	1,65%	0,93%	1,52%	0,88%	0,52%
Física	0,41%	0,93%	0,51%	0,44%	0,00%
Sexual	0,82%	0,93%	1,01%	0,44%	0,00%
Psicológica	9,47%	7,41%	5,05%	1,75%	2,08%
Verbal	7,82%	10,19%	6,57%	3,51%	2,60%
Sem ocorrência neste ambiente	85,60%	85,19%	92,42%	91,23%	94,79%
Não sabe/ Não respondeu	-	-	-	3,95%	1,04%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Em relação às formas de violência presenciadas em universidades, em média, tem-se: verbal(9,28%), psicológica(6,85%), ameaça (2,87%), física (1,64%) e sexual (0,97%). Demais, nota-se uma média temporal considerável de pessoas entrevistadas que afirmaram não terem presenciado violência na universidade: 86,16%.

GRÁFICO 35



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 39

	2017	2018	2019	2022	2023
Ameaça	5.76%	4.17%	3.54%	0.88%	0.00%
Física	2.06%	3.70%	2.02%	0.44%	0.00%
Sexual	2.47%	0.93%	0.51%	0.44%	0.52%
Psicológica	11.11%	12.96%	6.57%	3.07%	0.52%
Verbal	12.76%	18.06%	10.61%	3.95%	1.04%
Sem ocorrência neste ambiente	80.66%	76.39%	87.88%	92.11%	93.75%
Não sabe/Não respondeu				3.07%	4.17%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

ACOLHIMENTO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO³³

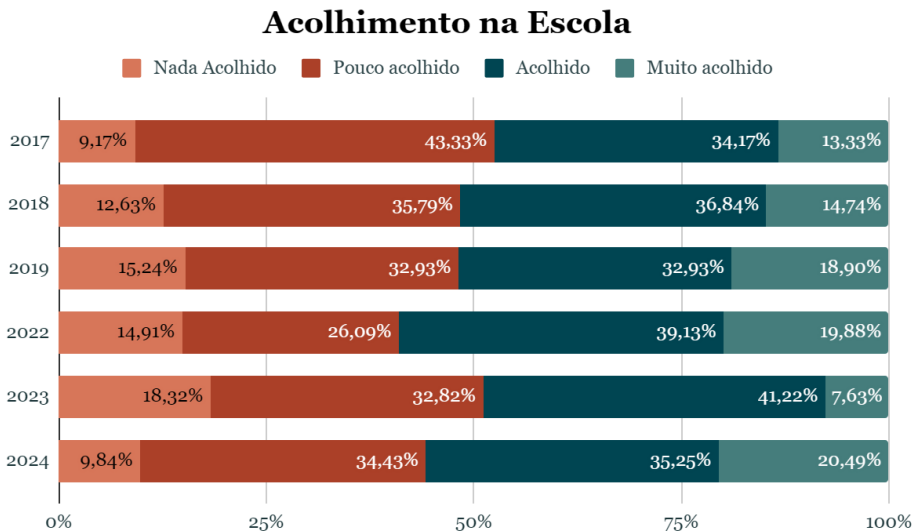
33 Para a análise de acolhimento, os valores são relativos ao número de respostas úteis à questão, não sendo incluídas as respostas em branco e/ou não respondeu.

Acolhimento na Escola

Ao analisarmos o acolhimento nas escolas, temos, em média, **a maior parte das pessoas entrevistadas se sentindo acolhidas pela escola (36,59%)**, seguidos por aqueles que se sentem pouco acolhidas (34,23%) muito acolhidas (15,83%), e nada acolhidas (13,35%).

GRÁFICO 36

72

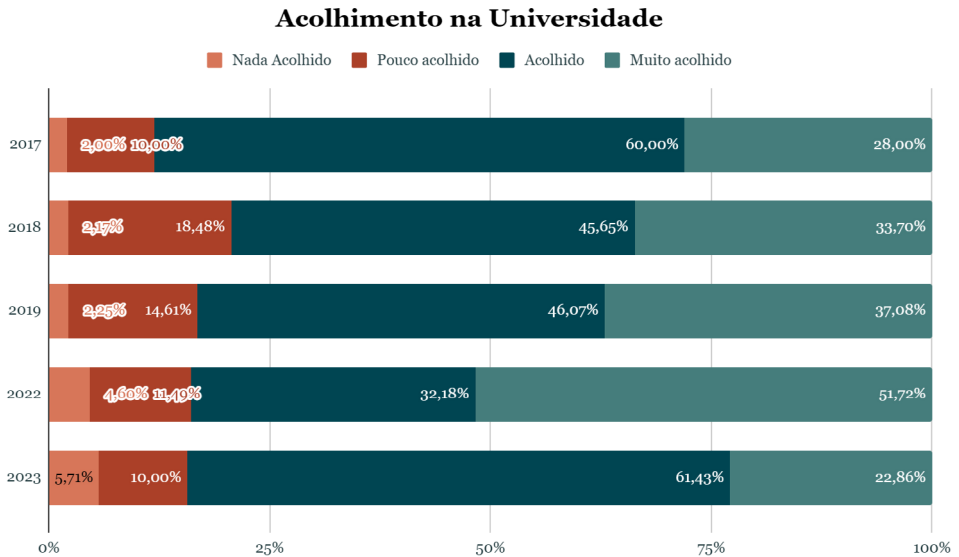


Fonte: Um Retrato da População LGBT+ – 2024

Acolhimento na Universidade

Já no contexto universitário, **as pessoas entrevistadas majoritariamente se sentem acolhidas (49,07% em média)**, seguidos por muito acolhidas (34,67%), pouco acolhidas (12,92%), e nada acolhidas (3,35%).

GRÁFICO 37

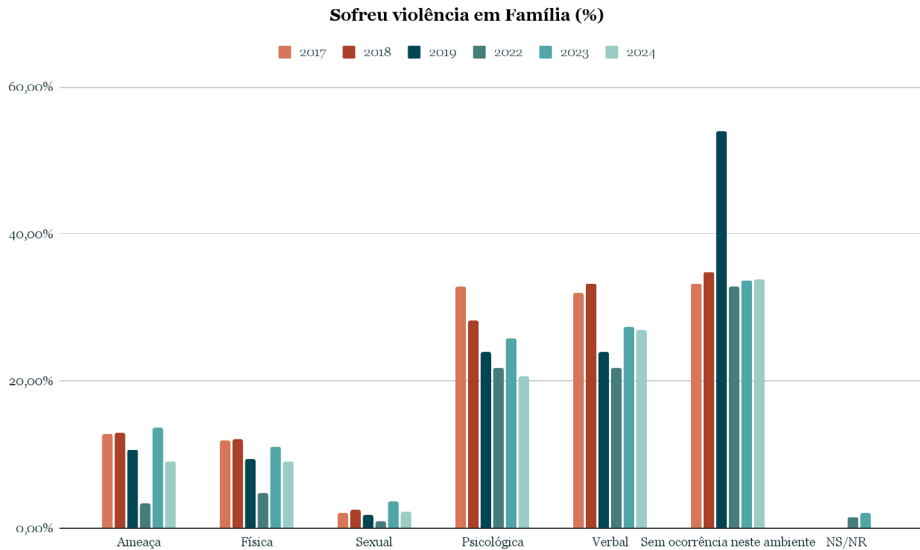


Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

VIOLÊNCIAS NA FAMÍLIA

No que tange às manifestações de violência no contexto familiar, em média, 27,53% das respondentes afirmam ter sofrido violência verbal, 25,51% psicológica, 10,37% ameaça, 9,68% física, e 2,18% sexual.

GRÁFICO 38



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 40

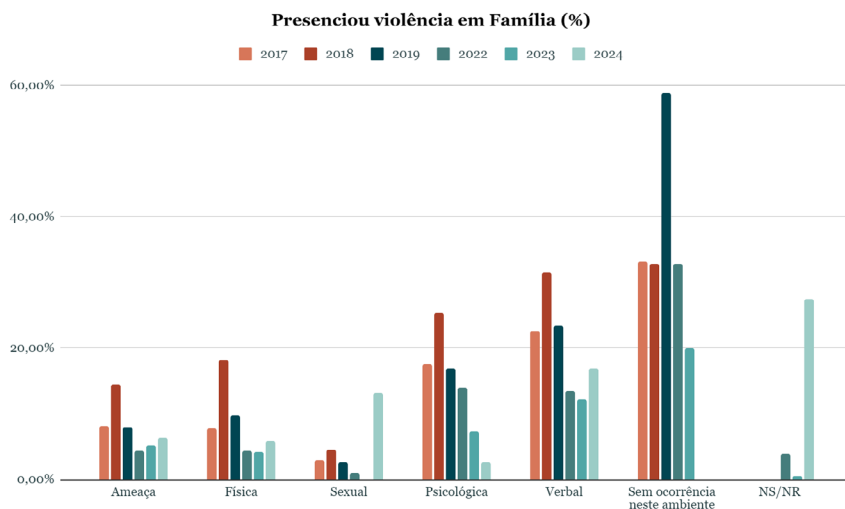
	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Ameaça	12.70%	12.86%	10.62%	3.38%	13.68%	8.99%
Física	11.89%	12.03%	9.29%	4.83%	11.05%	8.99%
Sexual	2.05%	2.49%	1.77%	0.97%	3.68%	2.12%
Psicológica	32.79%	28.22%	23.89%	21.74%	25.79%	20.63%
Verbal	31.97%	33.20%	23.89%	21.74%	27.37%	26.98%
Sem ocorrência neste ambiente	33.20%	34.85%	53.98%	32.85%	33.68%	33.86%
Não sabe/Não respondeu				1.45%	2.11%	

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Já em relação às violências presenciadas em família, em média 20,02% afirmaram ter visto manifestações de violência verbal;

13,96% psicológica; 8,36% física; 7,77% ameaça; e 4,05% sexual. Vale destacar, neste ponto, o caso do ano de 2018, que apresenta índices relativamente superiores aos outros anos.

GRÁFICO 39



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 41

	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Ameaça	8.20%	14.52%	7.96%	4.35%	5.26%	6.35%
Física	7.79%	18.26%	9.73%	4.35%	4.21%	5.82%
Sexual	2.87%	4.56%	2.65%	0.97%	0.00%	13.23%
Psicológica	17.62%	25.31%	16.81%	14.01%	7.37%	2.65%
Verbal	22.54%	31.54%	23.45%	13.53%	12.11%	16.93%
Sem ocorrência neste ambiente	33.20%	32.78%	58.85%	32.85%	20.00%	
Não sabe/Não respondeu				3.86%	0.53%	27.51%

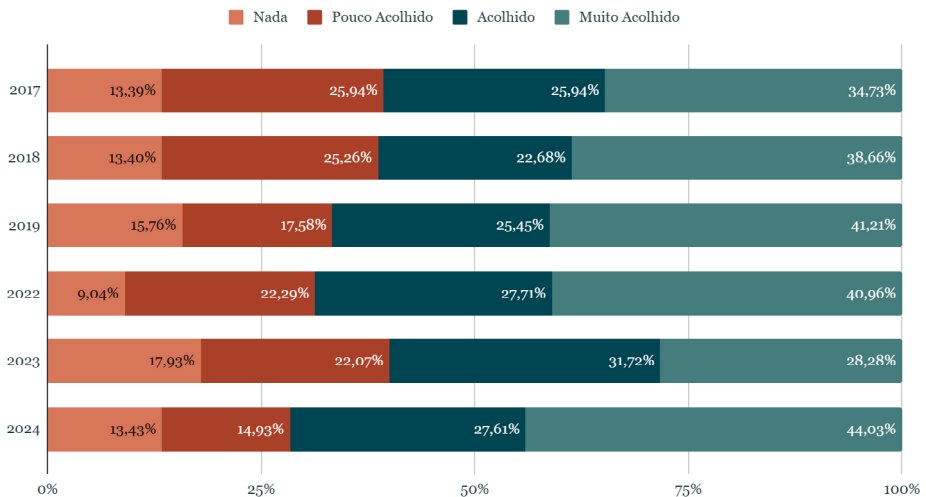
Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

ACOLHIMENTO PELA FAMÍLIA

No âmbito do acolhimento pela família, as pessoas entrevistadas, em média, se sentem **37,98% muito acolhidas**; 26,85% acolhidas; 21,34% pouco acolhidas; e 13,82% nada acolhidas.

GRÁFICO 40

Acolhimento na Família

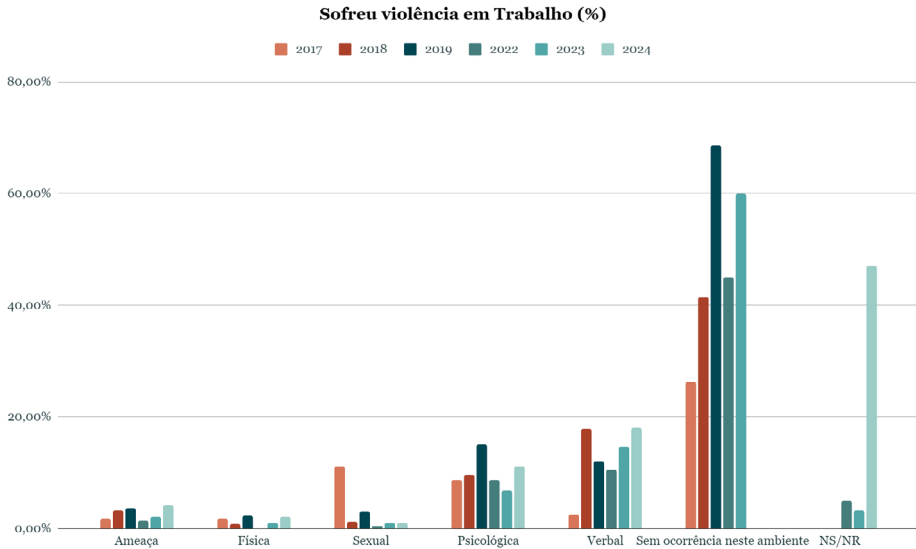


Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

VIOLÊNCIAS NO TRABALHO

Ao serem indagados sobre a violência em ambientes de trabalho, em média 12,60% das entrevistadas afirmaram sofrer violência verbal; 9,97% psicológica; 3,00% sexual; 2,72% ameaça e 1,31% física. Observa-se também como, historicamente, em média 48,25% das pessoas participantes não sofreram violências no trabalho.

GRÁFICO 41



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

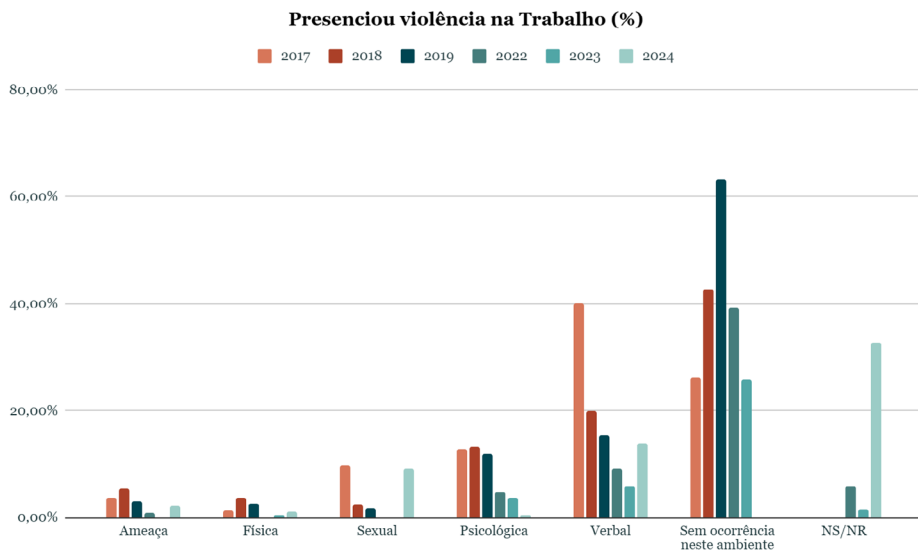
TABELA 42

	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Ameaça	1.64%	3.32%	3.54%	1.45%	2.11%	4.23%
Física	1.64%	0.83%	2.21%	0.00%	1.05%	2.12%
Sexual	11.07%	1.24%	3.10%	0.48%	1.05%	1.06%
Psicológica	8.61%	9.54%	15.04%	8.70%	6.84%	11.11%
Verbal	2.46%	17.84%	11.95%	10.63%	14.74%	17.99%
Sem ocorrência neste ambiente	26.23%	41.49%	68.58%	44.93%	60.00%	-
Não sabe/Não respondeu	-	-	-	4.83%	3.16%	47.09%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Tendo em vista as formas de violência presenciadas, tem-se: 17,38% verbal; 7,83% psicológica; 3,85% sexual; 2,55% ameaça; e 1,53% física.

GRÁFICO 42



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 43

	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Ameaça	3.69%	5.39%	3.10%	0.97%	0.00%	2.12%
Física	1.23%	3.73%	2.65%	0.00%	0.53%	1.06%
Sexual	9.84%	2.49%	1.77%	0.00%	0.00%	8.99%
Psicológica	12.70%	13.28%	11.95%	4.83%	3.68%	0.53%
Verbal	40.16%	19.92%	15.49%	9.18%	5.79%	13.76%
Sem ocorrência neste ambiente	26.23%	42.74%	63.27%	39.13%	25.79%	-
Não sabe/Não respondeu	-	-	-	5.80%	1.58%	32.80%

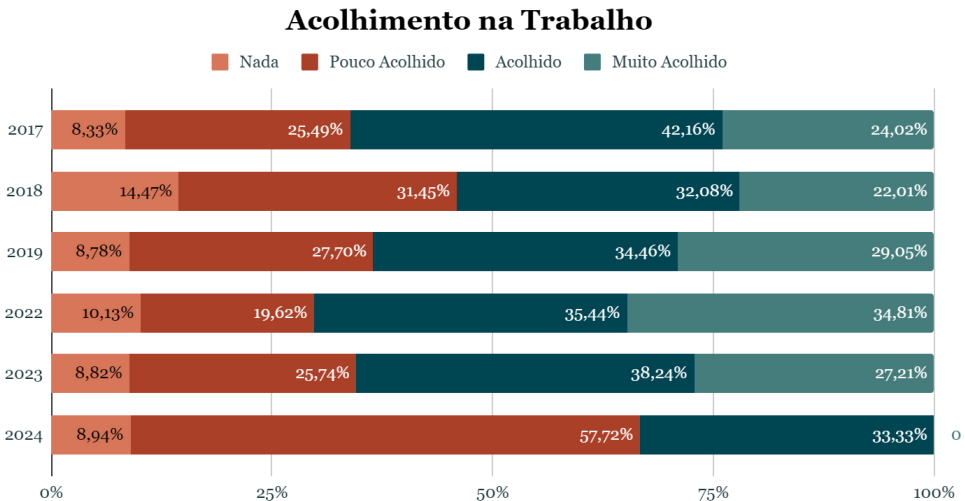
Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

ACOLHIMENTO NO TRABALHO

No contexto do **ambiente de trabalho, em média, as pessoas entrevistadas se sentem 35,95% acolhidas**; 31,29% pouco acolhidas; 22,85% muito acolhidas; e 9,91% nada acolhidas.

Observa-se que de 2017 a 2023 o sentimento de acolhimento foi majoritário, ou seja, a maioria das pessoas entrevistadas se sentiam no mínimo acolhidas pelo trabalho. Contudo, em 2024 esse quadro se modificou consideravelmente, com zero entrevistadas classificando seu ambiente de trabalho como muito acolhedor.

GRÁFICO 43

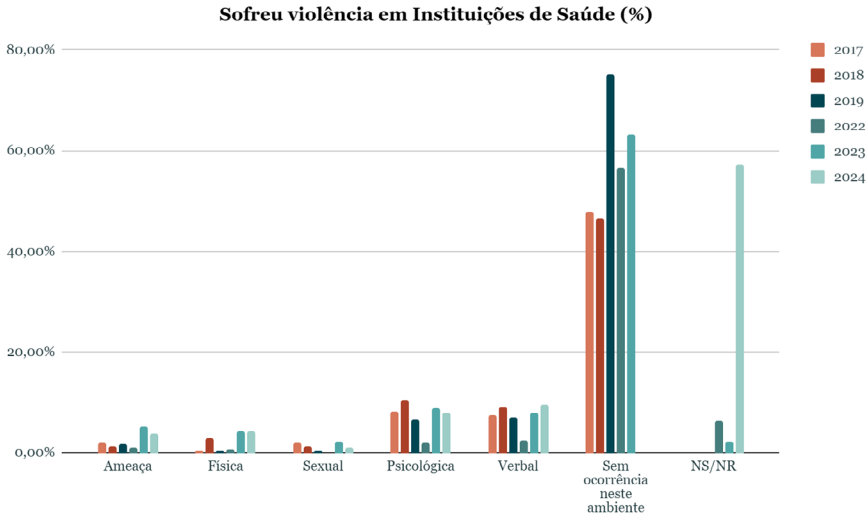


Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

VIOLÊNCIAS EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE

As formas de violência historicamente recorrentes em instituições de saúde são, em média, a psicológica (7,34%), verbal (7,24%), ameaça (2,50%), física (2,11%), e sexual (1,15%). Demais, destaca-se o índice de pessoas entrevistadas que afirmam não terem sofrido violência em postos de saúde e hospitais (57,86%).

GRÁFICO 44



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

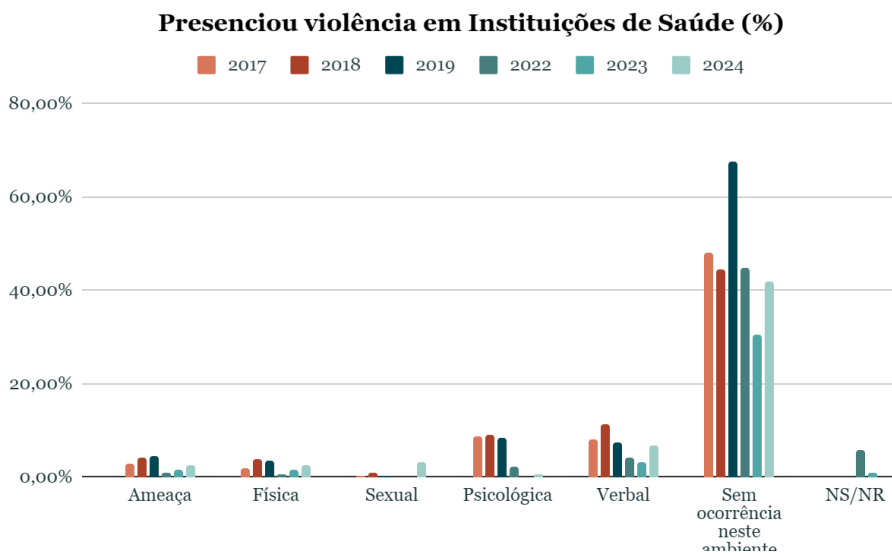
TABELA 44

	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Ameaça	2,05%	1,24%	1,77%	0,97%	5,26%	3,70%
Física	0,41%	2,90%	0,44%	0,48%	4,21%	4,23%
Sexual	2,05%	1,24%	0,44%	0,00%	2,11%	1,06%
Psicológica	8,20%	10,37%	6,64%	1,93%	8,95%	7,94%
Verbal	7,38%	9,13%	7,08%	2,42%	7,89%	9,52%
Sem ocorrência neste ambiente	47,95%	46,47%	75,22%	56,52%	63,16%	-
Não sabe/Não respondeu	-	-	-	6,28%	2,11%	57,14%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Já em relação às formas de violência presenciadas em instituições de saúde, tem-se: verbal (6,89%), psicológica (4,85%), ameaça (2,77%), física (2,34%) e sexual (0,81%). Destaca-se, neste ponto, o índice médio de participantes que afirmaram não ter presenciado violência nesse contexto (46,22%).

GRÁFICO 45



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 45

	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Ameaça	2.87%	4.15%	4.42%	0.97%	1.58%	2.65%
Física	2.05%	3.73%	3.54%	0.48%	1.58%	2.65%
Sexual	0.41%	0.83%	0.44%	0.00%	0.00%	3.17%
Psicológica	8.61%	9.13%	8.41%	2.42%	0.00%	0.53%
Verbal	8.20%	11.20%	7.52%	4.35%	3.16%	6.88%
Sem ocorrência neste ambiente	47.95%	44.40%	67.70%	44.93%	30.53%	41.80%
Não sabe/ Não respondeu				5.80%	1.05%	

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

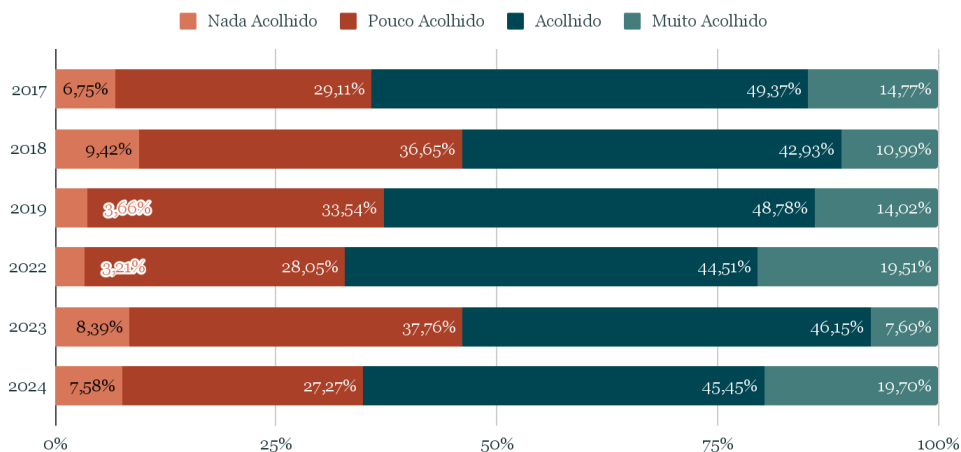
ACOLHIMENTO EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE

Ao analisarmos o acolhimento em instituições de saúde, em média, 46,20% das pessoas entrevistadas se sentem acolhidas;

32,06% pouco acolhidas; 14,45% muito acolhidas; e 6,50% nada acolhidas. Assim, **60,65% se sentem no mínimo acolhidas em postos de saúde e hospitais.**

TABELA 46

Acolhimento em Instituições de Saúde



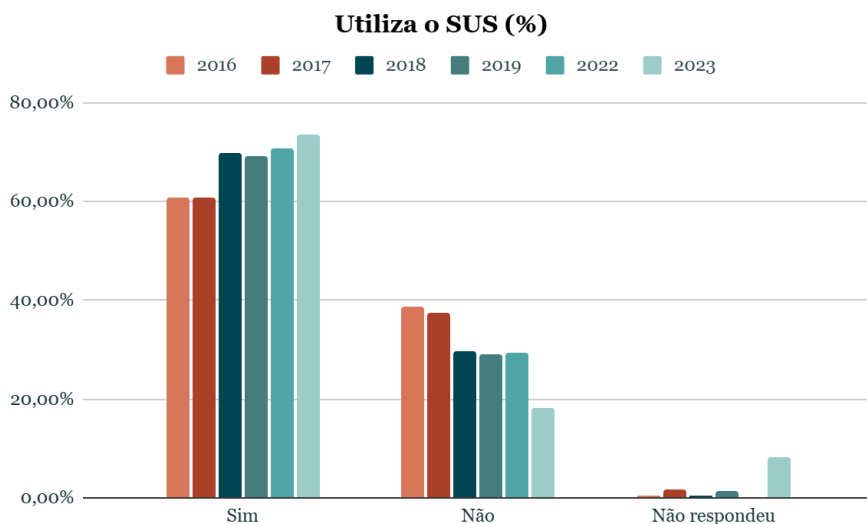
Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Saúde

Em relação à saúde, faz-se necessário apresentarmos a utilização do Sistema Único de Saúde por parte das pessoas LGBTI+. **Ao longo dos anos de 2016 a 2023, vimos o aumento dentre aqueles que usam o SUS³⁴.** Em 2016 esse valor era de 60,65%, enquanto em 2023 sobe para 73,70%.

34 Para esse gráfico utilizamos os dados de 2016 a 2023 e consideramos 376 respostas do ano de 2018.

GRÁFICO 47



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 46

	2016	2017	2018	2019	2022	2023
Sim	60,65%	60,78%	69,68%	69,32%	70,72%	73,70%
Não	38,76%	37,54%	29,79%	29,20%	29,28%	18,21%
Não respondeu	0,59%	1,68%	0,53%	1,47%	0,00%	8,09%

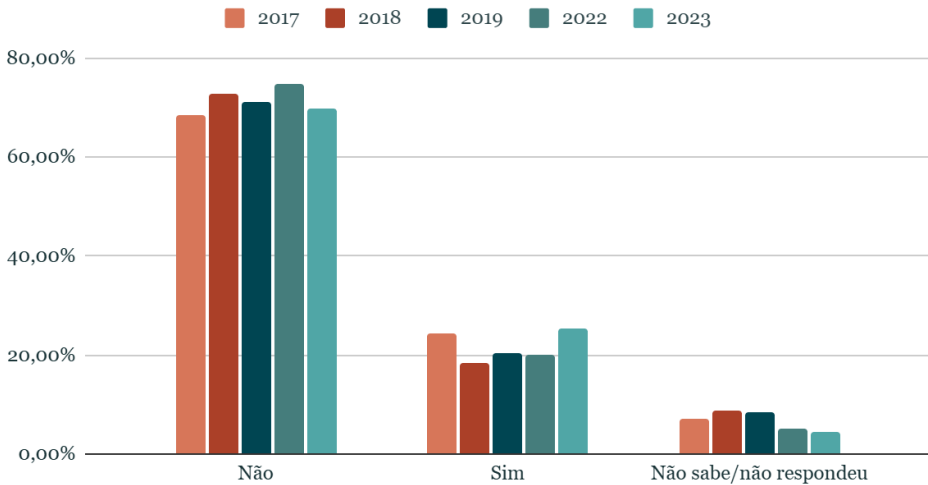
Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

De 2017 a 2023³⁵, observamos que **a maioria das entrevistadas consideram que não há tratamento igualitário nos serviços de saúde entre pessoas LGBTI+ e não LGBTI+**. Em 2017, ano com o menor percentual de pessoas entrevistadas concordando com a ausência de tratamento igualitário, esse valor era de 68,63%. Em contrapartida, no ano de 2022 esse valor chegou a 74,86%.

35 Para esse gráfico utilizamos os dados de 2017 a 2023 e consideramos 346 respostas do ano de 2023.

GRÁFICO 48

Tratamento Igualitário no SUS entre Pessoas LGBTI+ e Não LGBTI+ (%)



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 47

	2017	2018	2019	2022	2023
Não	68,63%	72,82%	71,09%	74,86%	69,94%
Sim	24,37%	18,47%	20,35%	19,89%	25,43%
Não sabe/não respondeu	7,00%	8,71%	8,55%	5,25%	4,62%

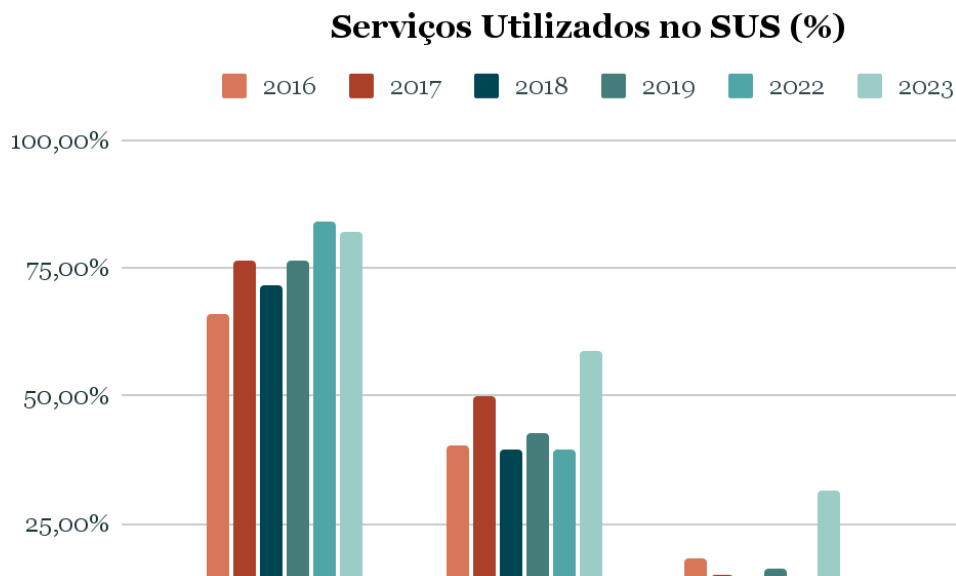
Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Dentre aqueles que responderam que utilizam os serviços do SUS³⁶, a maioria utiliza exames, em seguida preservativo, cirurgias e hormônios.

Com relação aos exames, pode-se notar que houve um aumento de 2016 a 2023, na medida em que naquele o percentual era de 65,85%, enquanto neste é de 81,96%.

36 Para esse gráfico utilizamos os dados de 2016 a 2023 e consideramos: 205 respostas do ano de 2016; 217 do ano de 2017; 262 do ano de 2018; 235 do ano de 2019; 256 do ano de 2022; 255 do ano de 2023.

GRÁFICO 49



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 48

	2016	2017	2018	2019	2022	2023
Exames	65,85%	76,50%	71,76%	76,60%	83,98%	81,96%
Preservativos	40,49%	49,77%	39,69%	42,55%	39,45%	58,82%
Cirurgias	18,05%	14,97%	12,98%	16,17%	14,45%	31,37%
Hormônios	6,83%	7,83%	3,82%	5,11%	3,51%	20,39%

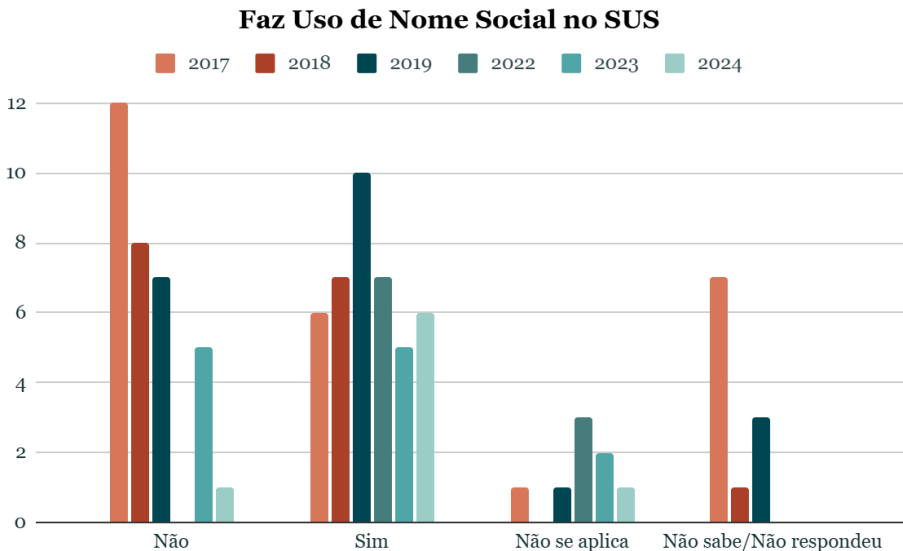
Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Saúde trans e travesti

Tendo em vista as particularidades no que diz respeito ao acesso à saúde e a utilização de hormônios por parte da população trans e travesti, esse breve momento terá como intuito trazer gráficos relativos a esse segmento. Como ao longo dos anos houve variação entre os participantes trans e travestis, e aqui utilizaremos tão somente os dados relativos a eles, não traremos os dados em formato de porcentagem.

De início podemos ver que houve a **diminuição no número de participantes que não utilizam o nome social quando no SUS**. Em 2017, essa quantidade era de 12 pessoas, enquanto em 2024 esse número caiu para somente um respondente. Em contraste, observa-se que vem havendo uma tendência a utilização do nome social, por exemplo em 2022 todas as participantes entrevistadas afirmaram utilizar o nome social.

TABELA 50



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

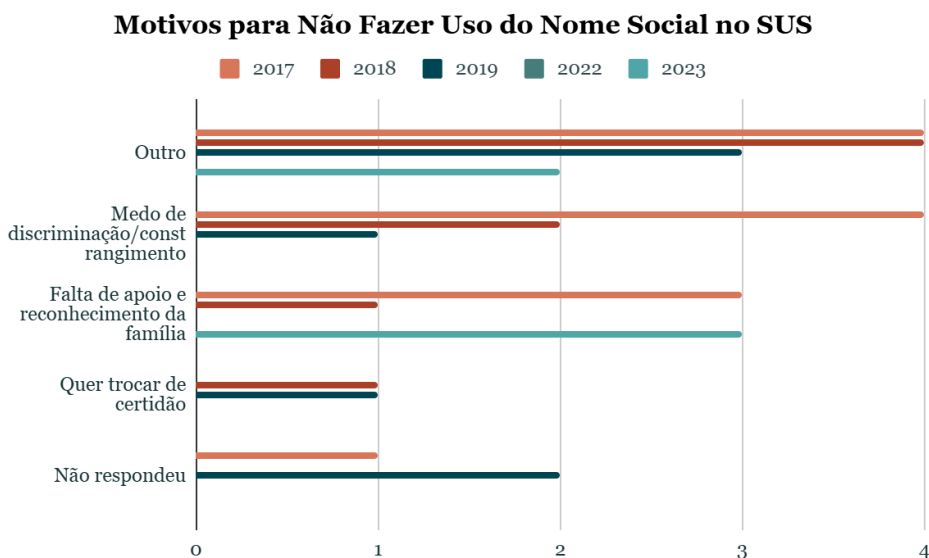
TABELA 49

	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Não	12	8	7	0	5	1
Sim	6	7	10	7	5	6
Não se aplica	1	0	1	3	2	1
Não sabe/Não respondeu	7	1	3	0	0	0

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Dentre aqueles que não utilizam o nome social no SUS, os principais motivos para tanto é: medo de discriminação/constrangimento; falta de apoio e reconhecimento da família; e o desejo por trocar o nome na certidão. Destacamos que tanto o medo de discriminação/constrangimento quanto a falta de apoio familiar aparece em 3 dos 5 anos utilizados para a pesquisa, sendo esses dois, portanto, os motivos mais recorrentes ao longo dos anos.

GRÁFICO 51



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 50

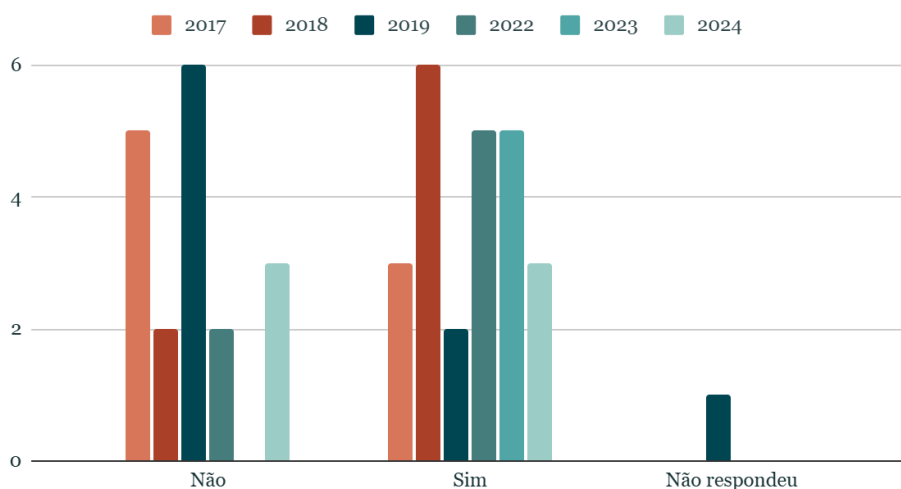
	2017	2018	2019	2022	2023
Outro	4	4	3	0	2
Medo de discriminação/ constrangimento	4	2	1	0	0
Falta de apoio e reconhecimento da família	3	1	0	0	3
Quer trocar de certidão	0	1	1	0	0
Não respondeu	1	0	2	0	0

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Ainda, vemos que é comum para aqueles que utilizam do nome social no SUS sofrerem algum tipo de constrangimento em decorrência da utilização. No ano de 2023, por exemplo, todos que utilizam de nome social no SUS afirmam terem sofrido algum constrangimento por esse motivo.

GRÁFICO 52

Enfrentou Algum Constrangimento por Utilizar o Nome Social no SUS



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 51

	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Não	5	2	6	2	0	3
Sim	3	6	2	5	5	3
Não respondeu	0	0	1	0	0	0

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

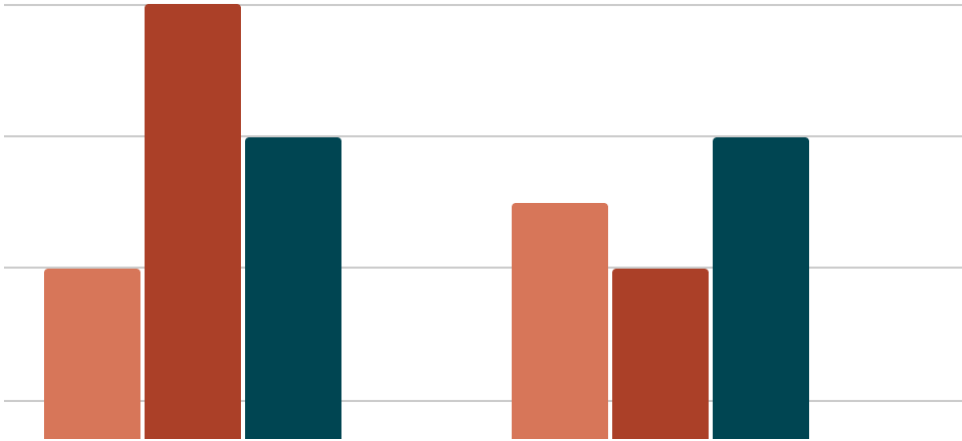
A partir de 2022 foi adicionada a pergunta relativa à retificação do nome nos questionários da Parada do Orgulho LGBTI+ de Belo Horizonte. Importante abrir uma breve explicação quanto a retificação de nome e a utilização do nome social, tendo em vista que não são conceitos sinônimos. O nome social é aquele que permite às pessoas trans e travestis utilizarem os nomes pelos quais se identificam em instituições e em alguns documentos; contudo, não altera o nome escrito na certificação de nascimento. Por outro lado, a retificação de prenome e/ou do gênero é um procedimento que permite a alteração nos documentos pessoais, de modo a substituir o nome registrado na própria certidão de nascimento. Desde 2018 o procedimento foi simplificado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Desse modo, o procedimento pode ser feito por meio de um processo administrativo, nos próprios cartórios, sem a necessidade de processo judicial.

Com isso em vista, vemos que houve uma pequena variação ao longo dos anos de pessoas entrevistadas que realizaram e que não realizaram a retificação, sendo que em 2024 50% realizou e 50% não havia realizado.

GRÁFICO 53

Fez a Retificação do Nome?

2022 2023 2024



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

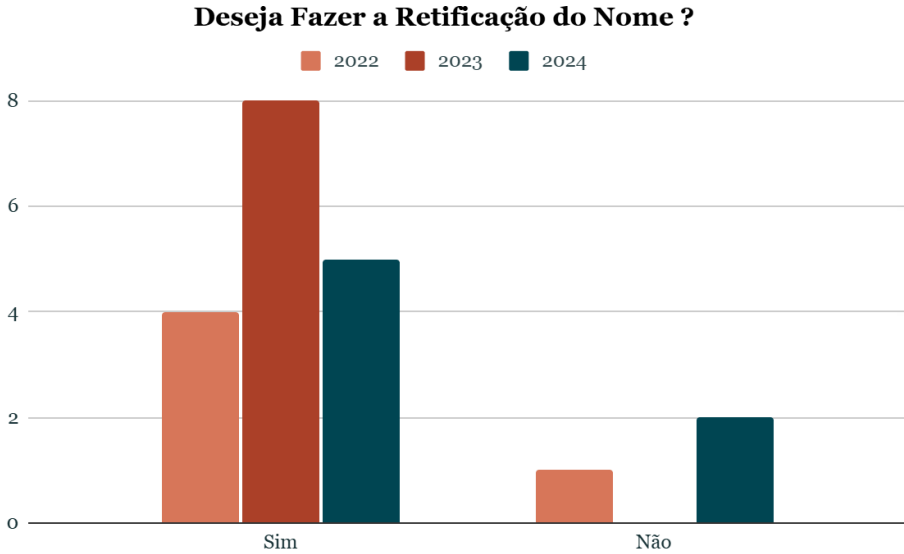
TABELA 52

	2022	2023	2024
Sim	4	8	6
Não	5	4	6

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

No entanto, observa-se, também, que dentre aqueles que não retificaram a maioria tem o desejo de retificar. Em 2023, por exemplo, todos tinham esse desejo, já em 2024, 5 pessoas queriam retificar em contraste a 2 que não gostariam.

GRÁFICO 54



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 53

	2022	2023	2024
Sim	4	8	5
Não	1	0	2

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Dentre os motivos para não ter feito a retificação, tem-se, principalmente: a ausência de tempo; desconhecimento do procedimento; preconceito da família; e a incapacidade de arcar com o processo.

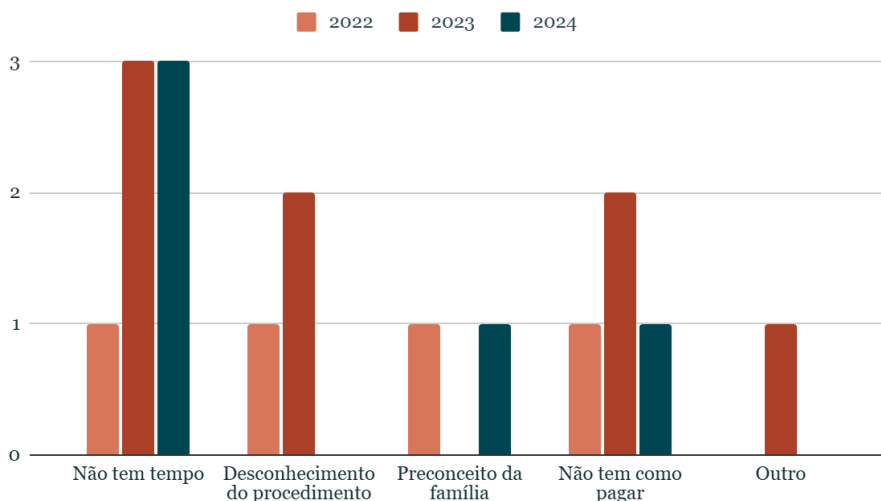
Com isso em vista, vale a pena abrirmos um breve parágrafo explicando como é feita a retificação de nome no Estado de Minas Gerais, no intuito de ajudar aqueles que desejam fazer a retificação mas ou desconhecem do procedimento, ou não possuem meios para arcar. A retificação de nome e de gênero, para pessoas registradas no Estado de Minas Gerais, é gratuita. Nesse sentido, os requisitos

para realizá-la é ser pessoa travesti ou transexual com no mínimo 18 anos (aqueles que ainda não completaram 18 anos devem fazer pedido judicial)³⁷.

37 Demais informações podem ser acessadas na cartilha: <https://gerais.defensoria.mg.def.br/file/service/download/UPL0AD/d5abf7e8-1323-46d3-8b2e-f16161c99b2a/publico>

GRÁFICO 55

Se Deseja Retificar, Por Que Ainda Não Fez?



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

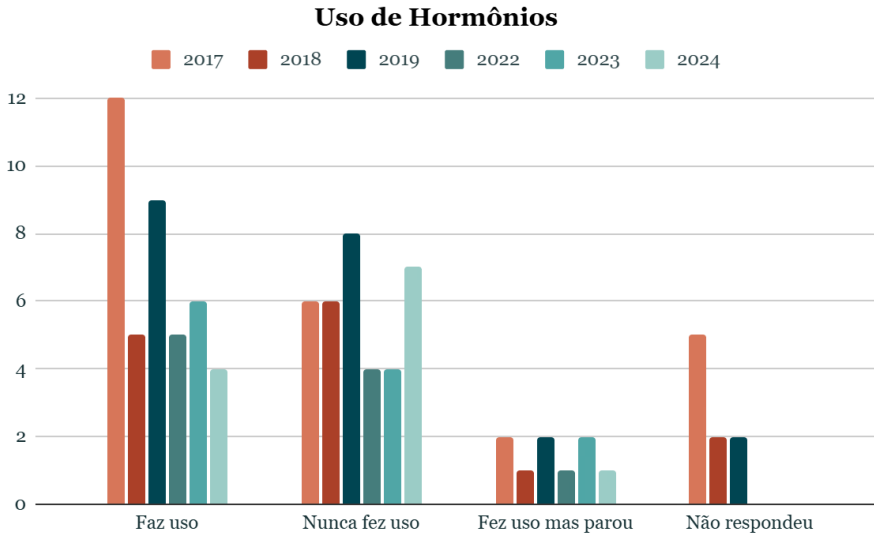
TABELA 54

	2022	2023	2024
Não tem tempo	1	3	3
Desconhecimento do procedimento	1	2	0
Preconceito da família	1	0	1
Não tem como pagar	1	2	1
Outro	0	1	0

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Quanto ao uso de hormônios vemos que há uma variação ao longo dos anos. Em 2017, por exemplo, 12 pessoas entrevistadas faziam uso, enquanto 6 nunca haviam feito. Em 2024, por outro lado, 4 faziam uso e 7 nunca haviam feito.

GRÁFICO 56



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 55

	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Faz uso	12	5	9	5	6	4
Nunca fez uso	6	6	8	4	4	7
Fez uso mas parou	2	1	2	1	2	1
Não respondeu	5	2	2	0	0	0

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Temos que, ao longo dos anos, 16 pessoas recorreram à autoaplicação, 11 utilizaram o SUS e 18 utilizam clínicas particulares. Observamos, portanto, que o acompanhamento por meio do SUS é o menos acessado para esse procedimento, em 2024, a título de exemplo, nenhum das respondentes acessou o serviço por essa instituição.

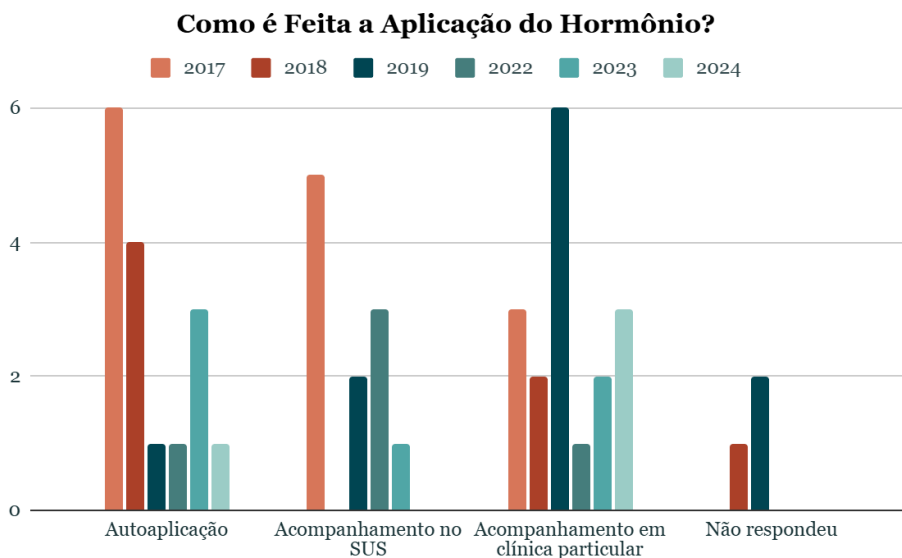
O tratamento hormonal para transição por meio do SUS é regulamentado por meio da Portaria GM/MS n.º 2.803 de 2013. Em Minas

Gerais, contudo, só há três estabelecimentos habilitados para esse atendimento, sendo um deles o Hospital Eduardo de Menezes, na cidade de Belo Horizonte. O processo em Belo Horizonte muitas vezes é marcado por lentidão, dado que para iniciar a hormonoterapia o paciente deve ser encaminhado por um centro de saúde e aguardar a primeira consulta. Por conseguinte, tem-se uma longa fila de espera para o atendimento, em 2024 o número chegou a 239 pessoas³⁸.

38 SCARDUA, Laura. Mg: pessoas trans relatam dificuldades para fazer terapia hormonal. Estado de Minas Gerais. 2 abr. 2024. Disponível em: <https://www.em.com.br/ade/2024/04/6830085-mg-pessoas-trans-relatam-dificuldades-para-fazer-terapia-hormonal.html>

GRÁFICO 57

94



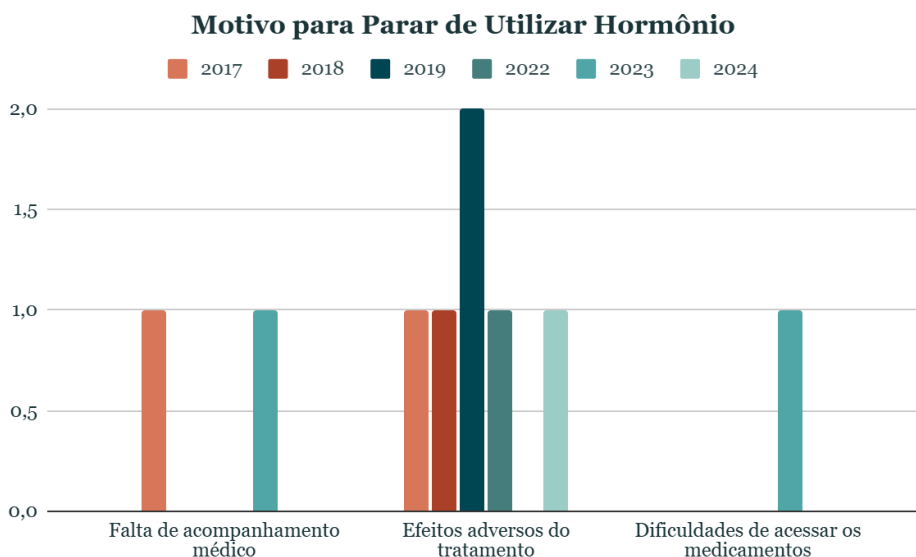
Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ — 2024

TABELA 56

	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Autoaplicação	6	4	1	1	3	1
Acompanhamento no SUS	5	0	2	3	1	0
Acompanhamento em clínica particular	3	2	6	1	2	3
Não respondeu	0	1	2	0	0	0

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Quanto aos motivos para interromper com o tratamento de hormônios, tem-se: falta de acompanhamento médico, efeitos adversos do tratamento e dificuldade de acessar os medicamentos. Verifica-se que os efeitos adversos do tratamento foi o principal motivo apontado ao longo dos anos.

GRÁFICO 58

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 57

	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Falta de acompanhamento médico	1	0	0	0	1	0
Efeitos adversos do tratamento	1	1	2	1	0	1
Dificuldades de acessar os medicamentos	0	0	0	0	1	0

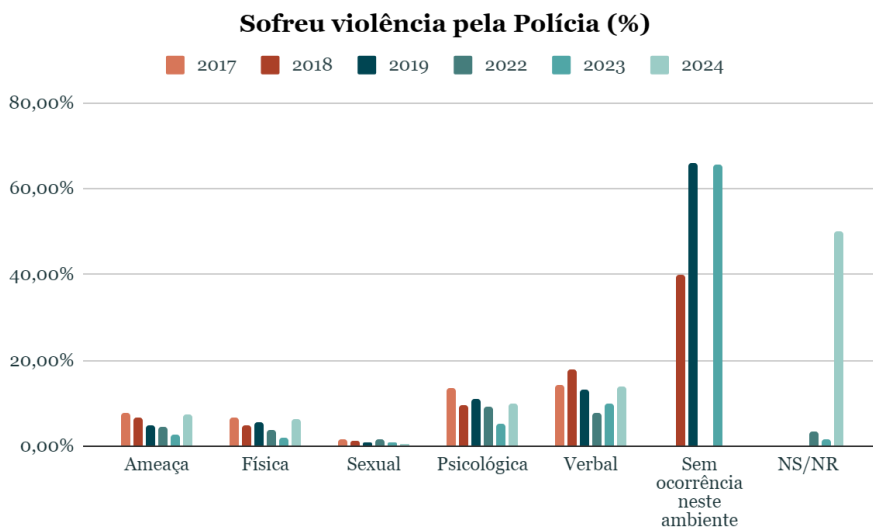
Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

VIOLÊNCIA POLICIAL

96

Entre as pessoas que expuseram ter sofrido violência por parte da polícia, os tipos comuns foram: 12,82% verbal; 9,77% psicológica; 5,62% ameaça; 4,94% física; e 1,13% sexual.

GRÁFICO 59



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

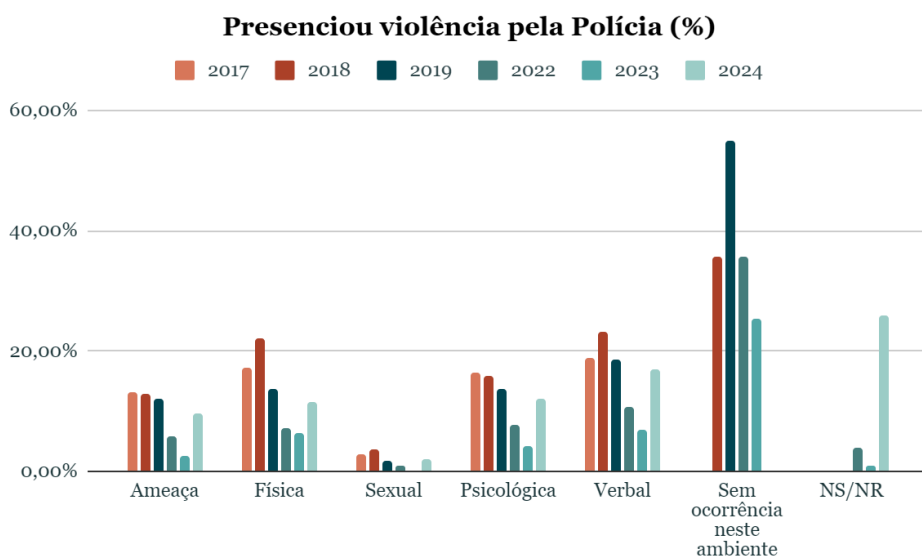
TABELA 58

	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Ameaça	7.79%	6.64%	4.87%	4.35%	2.63%	7.41%
Física	6.56%	4.98%	5.75%	3.86%	2.11%	6.35%
Sexual	1.64%	1.24%	0.88%	1.45%	1.05%	0.53%
Psicológica	13.52%	9.54%	11.06%	9.18%	5.26%	10.05%
Verbal	14.34%	17.84%	13.27%	7.73%	10.00%	13.76%
Sem ocorrência neste ambiente	0.00%	39.83%	65.93%	0.00%	65.79%	
Não sabe/Não respondeu				3.38%	1.58%	50.26%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

No âmbito das formas de violências presenciadas no ambiente policial, em média prevaleceu a violência verbal (15,85%), seguida pela física (13,02%), psicológica (11,67%), ameaça (9,31%) e sexual (1,91%).

GRÁFICO 60



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 59

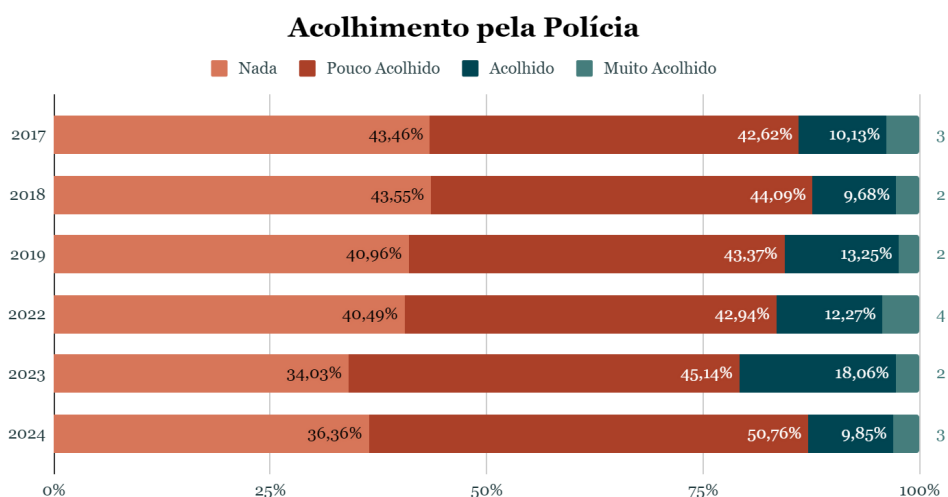
	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Ameaça	13.11%	12.86%	11.95%	5.80%	2.63%	9.52%
Física	17.21%	21.99%	13.72%	7.25%	6.32%	11.64%
Sexual	2.87%	3.73%	1.77%	0.97%	0.00%	2.12%
Psicológica	16.39%	15.77%	13.72%	7.73%	4.21%	12.17%
Verbal	18.85%	23.24%	18.58%	10.63%	6.84%	16.93%
Sem ocorrência neste ambiente	0.00%	35.68%	54.87%	35.75%	25.26%	
Não sabe/Não respondeu				3.86%	1.05%	25.93%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

ACOLHIMENTO PELA POLÍCIA

Entre as pessoas entrevistadas, em média, há a predominância daqueles que se sentiram pouco acolhidas (44,82%) e nada acolhidas (39,81%), em contraste com os que se sentiram acolhidas (12,21%) e muito acolhidas (3,17%).

GRÁFICO 61

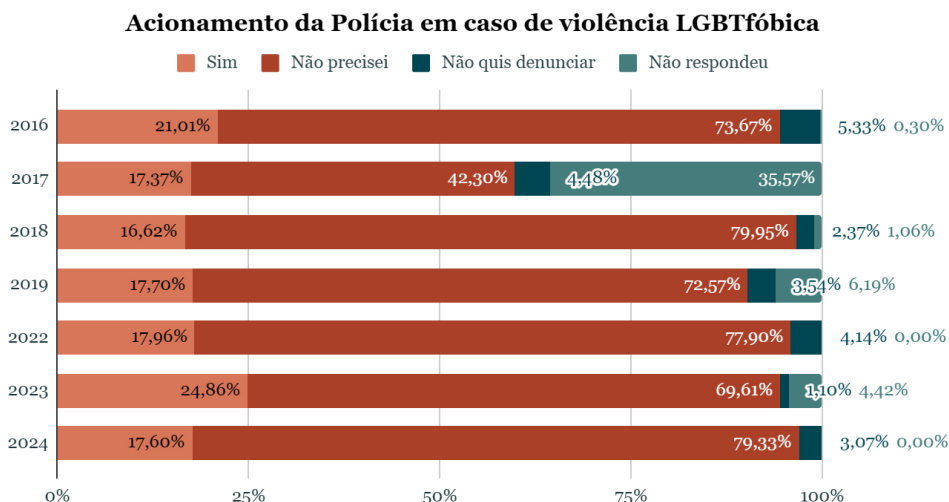


Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

ACIONAMENTO DA POLÍCIA EM CASO DE LGBTFOBIA

Ao serem questionadas sobre a necessidade de acionar a polícia para a sua segurança ou de outra pessoa devido a LGBTfobia, historicamente os respondentes afirmam não necessitar do serviço. Em média, 70,76% não precisaram acionar a polícia; 19,02% acionaram; 3,43% não quiseram denunciar; e 6,79% não responderam.

GRÁFICO 62



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

Você já precisou acionar a polícia, para a sua segurança ou de outra pessoa, devido a crimes de ódio por causa da sua identidade de gênero ou orientação sexual?

TABELA 60

	2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Sim	21.01%	17.37%	16.62%	17.70%	17.96%	24.86%	17.60%
Não precisei	73.67%	42.30%	79.95%	72.57%	77.90%	69.61%	79.33%
Não quis denunciar	5.33%	4.48%	2.37%	3.54%	4.14%	1.10%	3.07%
Não respondeu	0.30%	35.57%	1.06%	6.19%	0%	4.42%	0%

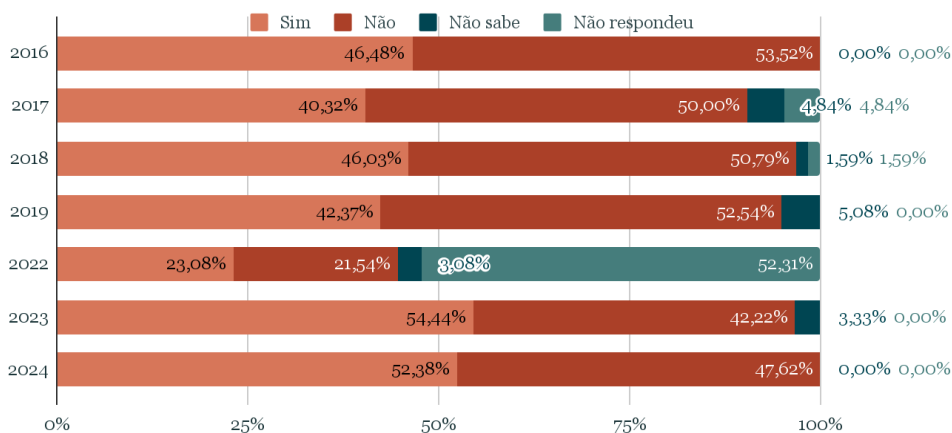
Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

As pessoas que precisaram acionar a polícia devido a crimes de ódios LGBTfóbicos, em sua maior parte, não foram atendidas (45,46%). Somente nos anos de 2023 e 2024 há um maior percentual daqueles que afirmam terem sido atendidas comparado aos que não foram (54,44% e 52,38%, respectivamente).

GRÁFICO 63

Atendimento policial da denúncia

Percentual de pessoas que foram ou não atendidas ao denunciarem manifestação LGBTQIAafóbicas



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 61 - VOCÊ FOI ATENDIDA(O) NA SUA DEMANDA?

	2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Sim	46.48%	40.32%	46.03%	42.37%	23.08%	54.44%	52.38%
Não	53.52%	50.00%	50.79%	52.54%	21.54%	42.22%	47.62%
Não sabe	0.00%	4.84%	1.59%	5.08%	3.08%	3.33%	0.00%
Não respondeu	0.00%	4.84%	1.59%	0.00%	52.31%	0.00%	0.00%

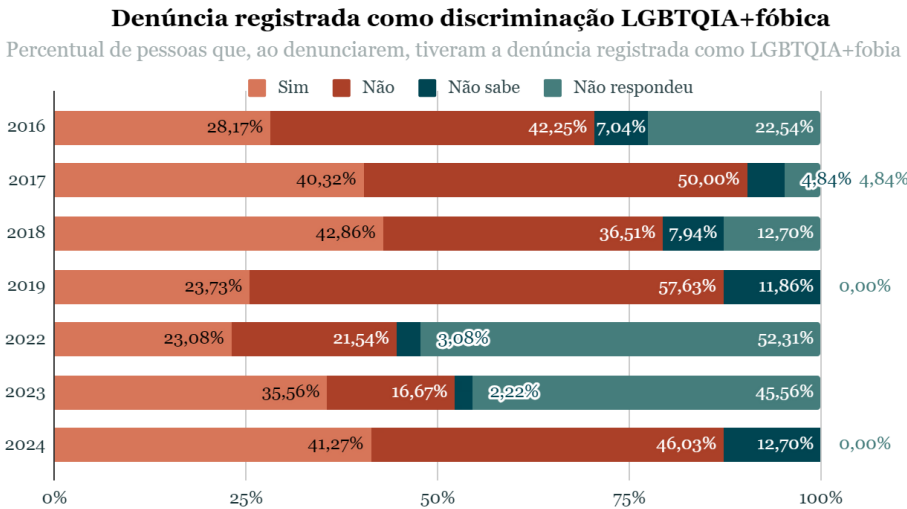
Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

No âmbito daqueles que realizaram a denúncia, nota-se que o percentual de pessoas que as tiveram registradas como

discriminação, intolerância à identidade de gênero ou orientação sexual varia consideravelmente com o tempo. Não somente, há um número significativo de casos onde um alto volume de pessoas não responderam à pergunta e/ou a deixaram em branco, dificultando a identificação de um padrão de resposta.

De modo geral, pode-se apontar como em alguns anos há uma maior proporção de casos onde a maioria das denúncias não foram registradas como LGBTfobia (2017, 2019 e 2024); enquanto outros apresentam a tendência oposta (2018).

GRÁFICO 64



Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

TABELA 62 - A OCORRÊNCIA FOI REGISTRADA COMO DISCRIMINAÇÃO, INTOLERÂNCIA À IDENTIDADE DE GÊNERO OU ORIENTAÇÃO SEXUAL?

	2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024
Sim	28.17%	40.32%	42.86%	23.73%	23.08%	35.56%	41.27%
Não	42.25%	50.00%	36.51%	57.63%	21.54%	16.67%	46.03%
Não respondeu	22.54%	4.84%	12.70%	0.00%	52.31%	45.56%	0.00%
Não sabe	7.04%	4.84%	7.94%	11.86%	3.08%	2.22%	12.70%

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

102

Os principais fatores do não acionamento da polícia são a descrença e o medo da força policial. Em seguida, observa-se o medo do agressor e o constrangimento sobre o processo de denúncia. Por fim, há casos de pessoas que não conheciam o serviço de denúncia de violências LGBTfóbicas e pessoas que ativamente não quiseram denunciar.

TABELA 63

	2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024	Total
Descrença na polícia	4	9	3	3	8	3	4	34
Medo da polícia	9	2	1	1	5	1	1	20
Medo do agressor		2	4	1	5			12
Constrangimento	2			1	5		2	10
Desconhecimento desse serviço		2	1		2		2	7
A pessoa não quis denunciar				2			1	3
Outros	2	1		3	1			7
Não respondeu	4			1			1	6
Total	21	16	9	12	26	24	11	99

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

No caso daqueles que ativamente não quiseram denunciar, observa-se pessoas que afirmaram não “querer problema”, isso aponta para a percepção do processo de denúncia como algo que pode gerar consequências incômodas.

Conclusão

Com esse relatório comparativo das pesquisas realizadas entre 2016 a 2024 nas Paradas do Orgulho LGBTI+ de Belo Horizonte contribuimos para amenizar a escassez de dados no que toca à população LGBTI+. Os dados que trouxemos não pretendem ser generalizações, mas sim pontos de partida para uma leitura situada sobre esse segmento em Belo Horizonte.

Todos os relatórios, aqui tomados para nossas comparações, são frutos de um esforço coletivo e, para mais, fruto das próprias pessoas entrevistadas que compartilharam conosco seu ser, suas percepções e um tópico tão sensível e cheio de dor como a violência. Esse relatório é produto de mais uma das várias atividades realizadas pelo Diverso UFMG e reflete nosso compromisso em promover ações por mais direitos e representatividades aos sujeitos LGBTI+.

Com isso em vista, utilizamos as pesquisas realizadas na Parada do Orgulho LGBTI+ do Belo Horizonte de 2016, 2017, 2018, 2019, 2022, 2023 e 2024. Concluimos que ao longo dessas edições lidamos, predominantemente, com um público composto principalmente por pessoas jovens, dado que o público entre 18 e 24 anos se sobrepôs aos demais. No ano de 2018 foi averiguado o maior número de participantes nessa idade (56,15%) e em 2023 a porcentagem mais baixa (37,59%).

Em todas as edições, o índice de participantes que se autodeclararam pessoas negras fica acima da média. O ano com a maior taxa foi 2023 (63,39%), enquanto o com menor taxa foi de 2016 (54,29%).

Esse público, geralmente, possui o ensino médio completo ou o superior incompleto. Em 2023, 37,84% das pessoas entrevistadas possuíam até o ensino médio completo, em contraposição, o ano de 2017 foi o com a menor taxa de entrevistadas com esse mesmo nível de escolaridade (22,35%). 2017 foi o ano com maior índice de participantes com ensino superior incompleto (31,76%), enquanto o ano de 2023 foi o com o menor índice (19,66%). Podemos concluir, que houve uma queda nas respostas relativas ao ensino superior incompleto e aumento daquelas com ensino médio completo.

De 2017 a 2024 notamos um aumento no índice daqueles que trabalham, saindo de 54,82% em 2017 e indo para 84,25% em 2024. Apesar disso, a renda familiar percebida por estes não teve uma alteração relevante. Em 2017 47,54% recebiam até 3 salários-mínimos e em 2024 essa quantia é de 51,25%.

Ao longo das edições houve o predomínio do comparecimento daqueles que se identificam como cisgênero. Em 2017 o número atingiu seu ápice, representando 82,32% das pessoas entrevistadas, enquanto em 2023 foi a menor porcentagem, com 72,73%. E não heterossexuais, o maior público desta categoria foi avistado no ano de 2022 (89,25%) e a menor frequência em 2016 (79,80%).

Relativo à crença, nota-se que dentre os anos de 2016 a 2024 prevaleceu os participantes que não possuíam religião. Em 2018, ano com menor porcentagem de pessoas com essa resposta, a taxa foi de 26,16%, em contrapartida, no ano de 2022 esse valor foi de 37,50%.

Quanto ao posicionamento político, a prevalência é de pessoas LGBTI+ que votam em candidatos(as) também LGBTI+. Em 2018, ano com menor número de respostas nesse sentido, 76,78% afirmaram votar, enquanto isso, no ano de 2022, 95,58% fizeram essa mesma afirmação. Ademais, apesar de permanecer uma resposta com poucas afirmativas, ainda assim houve o aumento de concordância com o questionamento *“Os políticos representam os interesses LGBTI+”*, entre os anos de 2018 a 2024. Em 2018, 11,08% concordavam com essa afirmativa, enquanto em 2024 esse número cresceu para 33,43%. No ano de 2023 o número de respostas afirmativas atingiu seu ápice, com 38,73%.

A violência LGBTfóbica se mostra uma constante nas vivências dos participantes LGBTI+ da Parada do Orgulho LGBTI+ de Belo Horizonte. Dentre as sete edições analisadas, em quatro anos mais de 50% dos respondentes afirmaram terem sofrido ou presenciado violência devido ao seu gênero e/ou orientação sexual. Em contraponto, há duas edições nas quais o número de respostas negativas supera a resposta positiva: 2016, com uma diferença de 9 pontos percentuais, e 2024, com uma diferença de 5 pontos percentuais.

O presente relatório constitui-se, enfim, em um esforço de contribuição na produção de conhecimento sobre a população LGBTI+. A série histórica nos permite analisar em perspectivas as demandas e os problemas que ainda resistem na comunidade LGBTI+.

O Diverso UFMG - Núcleo Jurídico de Diversidade Sexual e de Gênero permanece comprometido com a elaboração deste documento desde 2016, um esforço contínuo e coletivo voltado para a expectativa de mudança social. E assim continuaremos. Como grupo

de pesquisa e extensão em gênero, sexualidade e direitos humanos, e como pesquisadores LGBTI+, esperando que os dados do futuro consolidem avanços e mudanças positivas na vida de pessoas LGBTI+, revertendo o quadro da permanência da violência e discriminação como marcas das trajetórias dessa população.

Anexo - avanços e retrocessos políticos de 2016 a 2024

MODIFICAÇÕES LEGISLATIVAS FEDERAIS

No intuito de fazer uma análise das mudanças legislativas ao longo desses anos de aplicação dos questionários na Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte foi utilizada a ferramenta de pesquisa do site da Câmara dos Deputados. Os anos delimitados foram de 2016 a 2024, utilizadas as seguintes palavras-chave: LGBT, LGBTfobia, homofobia, lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti, homossexual. A tabela abaixo ilustra o resultado dessa pesquisa:

TABELA 64

Tipo e número	Data	Ementa	Alteração promovida	Situação	Palavra
Decreto 8.726	27/04/2016	Regulamenta a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.	Determina que o edital de chamamento público deve dar prioridade, dentre outros, a execução de ações que visem a promoção de igualdade de gênero e de LGBTQIA+.	Sem revogação expressa OBS: a questão relativa ao segmento LGBTI+ foi inserido pelo Decreto n.º 11.948 de 2024	Lésbica
Decreto 8.727	28/04/2016	Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.	Dispõe sobre o uso do nome social e reconhecimento da identidade de gênero de transexuais e travestis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional	Sem revogação expressa	Transexual
Decreto 9.122	09/08/2017	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Direitos Humanos, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE	Institui e estabelece as competências da Diretoria de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais, a qual deve coordenar ações governamentais e medidas para a promoção de direitos LGBT e exercer a função de Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT	Revogada pelo Decreto n.º 9.673 de 2019 OBS: o Decreto n.º 9.673 de 2019 não realizou alterações na Estrutura quanto a questão LGBT, depois é revogado pelo Decreto n.º 10.174 de 2019	LGBT

Lei 13.595	05/01/2018	Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.	Desenvolver ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças aos grupos homossexuais e transexuais	Sem revogação expressa	Transexual
Decreto 9.370	11/05/2018	Concede indulto especial e comutação de penas às mulheres presas que menciona, por ocasião do Dia das Mães.	Dispõe que o decreto também se aplicará para às mulheres transexuais que tenham alcançado a alteração de gênero nos registros civis.	Sem revogação expressa	Transexual
Decreto 9.400	04/06/2018	Institui o Fórum Nacional de Ouvidores dos Direitos Humanos, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos.	O Fórum é composto por ouvidores, dentre outras temáticas, relativas ao segmento LGBTI+	Sem revogação expressa	Lésbica
Decreto 9.453	31/07/2018	Convoca a 4ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT	Convoca a 4ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos e LGBT	Revogado pelo Decreto n.º 10.346 de 2020	LGBT

Decreto 9.571	21/11/2018	Estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos.	As empresas devem combater a discriminação nas relações de trabalho e promover a valorização e o respeito da diversa em suas áreas e hierarquias, com ênfase na LGBTI+	Sem revogação expressa	Lésbica
Lei Complementar 195 (Lei Paulo Gustavo) Obs: posteriormente regulamentada pelo Decreto 11.525 de 2023	08/07/2022	Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para não contabilizar na meta de resultado primário as transferências federais aos demais entes da Federação para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias; e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atribuir outras fontes de recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC).	As ações previstas na Lei devem possuir mecanismos capazes de estimular à participação de pessoas do segmento LGBTQIA+	Sem revogação expressa	LGBT

Decreto 11.471	06/04/2023	Institui o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras.	Institui o Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras - CNLGBT-QIA+, o qual tem natureza consultiva e deliberativa com finalidade de colaborar na formulação e no estabelecimento de ações, de diretrizes e de medidas governamentais referentes às pessoas LGBTI+	Sem revogação expressa	Lésbica
Decreto 11.430	08/03/2023	Regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica e sobre a utilização do desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.	As vagas de que tratam a lei também incluem mulheres trans, travestis e outras possibilidades do gênero feminino	Sem revogação expressa	Transsexual

Lei 14.597	14/05/2023	Institui a Lei Geral do Esporte	Dentre os objetivos do Sistema Nacional do Esporte - SINESP está a adoção de medidas para erradicar ou reduzir as manifestações homofóbicas; estabelece como medida de permanência do espectador no recinto esportivo o não porte de cartazes ou qualquer simbolo homofóbico; estabelece que a torcida organizada que praticar homofobia em evento esportivo será impedido de comparecer em eventos esportivos pelo prazo de 5 (cinco) anos	Sem revogação expressa	h o - mofo- bia
Decreto 11.754	25/10/2023	Institui o Programa Nacional de Popularização da Ciência - Pop Ciência e o Comitê de Popularização da Ciência e Tecnologia - Comitê Pop.	Dentre os objetivos do Pop Ciência é promover a diversidade, a equidade e a inclusão, por meio do estímulo à participação de pessoas LGBTI+, dentre outras, no campo da popularização da ciência	Sem revogação expressa	Lésbi- ca

Decreto 11.848	26/12/2023	Convoca a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras.	Convoca a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ com o tema "Contruindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+" a ser realizado no período de 21 a 25 de outro	Sem revogação expressa OBS: alterações foram feitas por meio do Decreto n.º 12.030 de 2024	Lésbica
Decreto 11.919	14/02/2024	Institui, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Programa de Equipagem, de Modernização da Infraestrutura e de Apoio ao Funcionamento dos Órgãos, das Entidades e das Instâncias Colegiadas Atuantes na Promoção e na Defesa dos Direitos Humanos e o seu Comitê Gestor.	Institui o Programa EquipaDH+ para promover e defender os direitos de, entre outros, as pessoas LGBTQIA+.	Sem revogação expressa	LGBT
Decreto 11.956	21/03/2024	Institui o Plano Juventude Negra Viva e o seu Comitê Gestor.	Estabelece como uma das diretrizes do Plano Juventude Negra Viva a garantia do bem viver da juventude negra com ênfase na população LGBTQIA+	Sem revogação expressa	LGBT

Decreto 11.966	27/03/2024	Institui a Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.	Estabelece que o plenário da comissão deve conter um representante do conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras - CNLGBTQIA+	Sem revogação expressa	Gay
----------------	------------	--	--	------------------------	-----

Fonte: Um Retrato da População LGBTI+ – 2024

MODIFICAÇÕES LEGISLATIVAS MUNICIPAIS

Quanto à análise das mudanças legislativas municipais ao longo desses anos de aplicação dos questionários na Parada do Orgulho LGBT de Belo Horizonte foi utilizado a ferramenta de pesquisa no site da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Novamente, os anos objeto de investigação foram de 2016 a 2024, com as seguintes palavras-chave: LGBT, LGBTfobia, homofobia, lésbica, gay, bissexual, transexual, travesti, homossexual. A tabela abaixo ilustra o resultado dessa pesquisa:

TABELA 65

Tipo e número	Data	Ementa	Alteração promovida	Situação	Palavra
Decreto 16.481	24/11/2016	Institui o Fórum Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - Fórum LGBT	Institui o Fórum Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania LGBT, que possui caráter consultivo acerca de políticas voltadas para a população LGBT	Revogada pelo Decreto 18.379 de 2023	LGBT
Decreto 16.533	30/12/2016	Dispõe sobre a inclusão e o uso do nome social de pessoas travestis e transexuais nos registros municipais e estabelece parâmetros para seu tratamento no âmbito da administração direta e indireta.	Estabelece que nos procedimentos e atos dos órgãos da Administração Pública Municipal Direita e Indireta a pessoa trans e travesti terá o seu direito à escolha do nome social.	Sem revogação expressa	Homofobia
Decreto 16.580	16/02/2017	Altera o Decreto nº 11.986/2005	Adiciona a Coordenadoria dos Direitos da População LGBT nas coordenadorias e gerências da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania	Sem revogação expressa	LGBT
Decreto 18.027	15/07/2022	Dispõe sobre a organização da Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania.	Estipula que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania - SMASAC, deve garantir igualdade de direitos e cidadania, especialmente, dentre outros, da população LGBT; estipula que a SMASAC tem em sua estrutura uma diretoria de políticas para a população LGBT e o Centro de Referência LGBT	Sofreu algumas alterações com o Decreto 18.719/2024	LGBT

Decreto 18.133	24/10/2022	Abre créditos suplementares no valor de R\$2.590.283,16.	Estipula orçamento para a implantação da casa de acolhimento LGBT e para a 23ª Parada do Orgulho LGBT	Sem revogação expressa	LGBT
Decreto 18.353	27/06/2023	Dispõe sobre o Observatório de Direitos Humanos de Belo Horizonte.	Estabelece que o Observatório deve auxiliar na elaboração de dados e relatório que subsidiem o monitoramento das ações governamentais que considerem, dentre outros, aspectos de gênero.	Sem revogação expressa	Homofobia
Decreto 18.379	10/07/2023	Institui a Comissão Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania de Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e outras - CMLGBTQIA+.	Institui a Comissão Municipal dos Direitos Humanos e Cidadania de Pessoas LGBTQIA+, órgão de caráter consultivo e deliberativo, com atribuições para acompanhar, avaliar e propor programas, projetos e ações no âmbito da política voltada para a população LGBTQIA+.	Sem revogação expressa	LGBT
Decreto 18.712	20/05/2024	Abre créditos suplementares ao orçamento de 2024 no valor de R\$9.638.689,41.	Estipula orçamento para a 1ª Parada Negra LGBT+	Sem revogação expressa	LGBT
Decreto 18.777	30/07/2024	Dispõe sobre a convocação da III Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais e Outras LGBTQIA+.	Convoca a III Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ nos dias 29 e 30 de novembro de 2024.	Sem revogação expressa	LGBT



 diverso
UFMG

UFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MINAS GERAIS